

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**“A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMO ELEMENTO PARA
A TOMADA DE DECISÕES NAS EMPRESAS EM CABO VERDE”**

ÂNGELA EMILIA RODRIGUES TAVARES VIEIRA

Praia, Junho de 2010

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**“A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMO ELEMENTO PARA
A TOMADA DE DECISÕES NAS EMPRESAS EM CABO VERDE”**

Por: Ângela Emília Rodrigues Tavares Vieira

Nº 05.420

Orientador: João Carlos Fidalgo

Praia, Junho de 2010

*Dedico este Trabalho aos meus Pais,
Aalina Rodrigues Tavares e Emílio
Neira, pelo Amor e eterna
Compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao SENHOR, por me ter dado forças e coragem para o alcance de mais um objectivo nesta longa caminhada. Confesso ser essa a parte mais difícil do meu trabalho, pois não foram poucas as pessoas que contribuíram para o cumprimento do mesmo.

Aos meus pais pela paciência e conselhos que me deram incessantemente desde o início do curso e principalmente nos últimos meses atribuíram especial compreensão a minha constante ausência e falta de atenção que não lhes dediquei,

Aos meus familiares, minha irmã, minha tia entre outros pela grande força que deram-me nas horas de desânimo.

Ao meu orientador Mestre João Carlos Fidalgo pela sua orientação,

À todos os professores do ISCEE que me expressaram suas opiniões e sugestões para a introdução de melhorias em especial ao Mestre Adalberto Mendes que contribuiu sobremaneira na execução deste trabalho com as suas palavras firmes e incentivadoras,

A Dra. Lúcia Cardoso com quem eu trabalho que disponibilizou os meios precisos e me deu grande incentivo e força para o desenvolvimento deste,

Aos meus amigos e colegas do ISCEE, em particular à turma do 3º ano de contabilidade nocturno e do 4º ano de contabilidade do complemento em auditoria que ajudaram aquando da entrega e recolha dos questionários. A todas as empresas que acolheram-me e foram parceiras por fornecerem informações através dos questionários.

Porque não dizer também, aos meus críticos, pela motivação acrescida para fazer mais e melhor. E, por fim, mas não menos importante, gostaria também de agradecer a todos que contribuíram, ainda que indirectamente, para a realização do mesmo,

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A falta da utilização de métodos administrativos eficazes no processo de gestão nas empresas têm-se inibido o crescimento das empresas em Cabo Verde pois a gestão nessas empresas, em muitos casos, é feito de uma forma intuitiva; poucas são as empresas que têm uma forma de análise de dados com vista ao planeamento e controlo de apoio à tomada de decisão.

Neste sentido a contabilidade deverá prover informações não apenas como elementos de apuramento da matéria colectável, mas principalmente à gestão das empresas, através de informações compreensíveis, relevantes, fiáveis e comparáveis.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (out-put da contabilidade) revela-se como um instrumento de excelência na tomada de decisões que envolvam aspectos monetários mas que acabam por reflectir em toda a organização, tornando a sua análise fundamental para a continuidade dos negócios das empresas.

O objectivo deste trabalho foi perceber a carência das empresas em utilizar a Demonstração dos Fluxos de Caixa e demonstrar sua importância enquanto elemento auxiliador à gestão das empresas.

Através da pesquisa elaborada conseguiu-se confirmar que mesmo atribuindo muita importância a Demonstração dos Fluxos de Caixa, existe ainda algum desconhecimento, em relação a sua verdadeira utilidade e em outros casos, embora elaborado, tem outras finalidades que não é o de auxiliar no processo decisório.

Palavras-Chave: Demonstração dos Fluxos de Caixa, Gestão, Decisão

SUMÁRIO EXECUTIVO

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO.....	III
LISTAS DE ABREVIATURAS E SIMBOLOS.....	VII
LISTAS DE ABREVIATURAS E SIMBOLOS.....	VII
LISTA DE TABELAS.....	VIII
LISTA DE TABELAS.....	VIII
LISTA DE FIGURAS.....	IX
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA	1
1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	2
1.3. PRESSUPOSTOS DO ESTUDO	3
1.4. OBJECTIVOS	3
1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	4
CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	6
2.1. ENQUADRAMENTO GERAL	6
2.2. A CONTABILIDADE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
2.3. A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – CONCEITUALIZAÇÃO.....	16
2.4. A GESTÃO EMPRESARIAL.....	35
2.5. A DFC NA GESTÃO FINANCEIRA.....	45
CAPITULO II – METODOLOGIA E ANÁLISE DA PESQUISA.....	50
3.1. ENQUADRAMENTO	50
3.2. METODOLOGIA.....	50
3.3. RESULTADOS E ANÁLISES	51
3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA	59
CAPITULO III – ANÁLISE DA DFC NA “CONSTRUÇÃO CV, S.A.”	61
4.1. TIPOS DE DECISÕES	61
4.2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	61
4.3. ANÁLISE DA DFC PARA A TOMADA DE DECISÕES.....	62
CONCLUSÃO.....	67
5.1. CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO PARA AS COMUNIDADES PROFISSIONAIS E ACADÉMICAS	67
5.2. SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	67
5.3. LIMITAÇÕES ENCONTRADAS NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	68
5.4. CONCLUSÕES GERAIS.....	69
BIBLIOGRAFIA	70
ANEXOS	73

Índice

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO.....	III
LISTAS DE ABREVIATURAS E SIMBOLOS.....	VII
LISTA DE TABELAS	VIII
LISTA DE TABELAS	VIII
LISTA DE FIGURAS.....	IX
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA.....	1
1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	2
1.3. PRESSUPOSTOS DO ESTUDO.....	3
1.4. OBJECTIVOS.....	3
1.4.1. <i>Objectivo Geral</i>	3
1.4.2. <i>Objectivos Específicos</i>	4
1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	4
CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	6
2.1. ENQUADRAMENTO GERAL	6
2.2. A CONTABILIDADE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
2.2.1. <i>Objectivos e Importância das Demonstrações Financeiras</i>	7
2.2.2. <i>Características da Informação Financeira</i>	9
2.2.3. <i>Elementos de uma Demonstração Financeira</i>	13
2.2.4. <i>Acréscimo ou Caixa?</i>	14
2.3. A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – CONCEITUALIZAÇÃO	16
2.3.1. <i>Objectivos da Demonstração dos Fluxos de Caixa</i>	19
2.3.2. <i>Importância da DFC</i>	20
2.3.3. <i>DFC e os demais elementos das demonstrações financeiras</i>	22
2.3.3.1. <i>O Balanço VS DFC</i>	22
2.3.3.2. <i>A Demonstração dos Resultados Vs A DFC</i>	23
2.3.4. <i>Tipos de DFC</i>	25
2.3.5. <i>Metodologias de elaboração dos fluxos de caixa</i>	28
2.3.6. <i>Vantagens e inconvenientes da DFC</i>	34
2.4. A GESTÃO EMPRESARIAL.....	35
2.4.1. CONCEITO DE EMPRESA	36
2.4.2. CONCEITO E AS FUNÇÕES DE GESTÃO.....	36
2.4.3. OS CICLOS DA EMPRESA	37

2.4.4.	A GESTÃO FINANCEIRA.....	40
2.4.4.1.	<i>O papel do gestor financeiro</i>	42
2.4.4.2.	<i>O processo decisório</i>	43
2.5.	A DFC NA GESTÃO FINANCEIRA.....	45
CAPITULO II – METODOLOGIA E ANÁLISE DA PESQUISA		50
3.1.	ENQUADRAMENTO	50
3.2.	METODOLOGIA	50
3.3.	RESULTADOS E ANÁLISES	51
3.4.	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA	59
CAPITULO III – ANÁLISE DA DFC NA “CONSTRUÇÃO CV, S.A.”		61
4.1.	TIPOS DE DECISÕES	61
4.2.	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	61
4.3.	ANÁLISE DA DFC PARA A TOMADA DE DECISÕES	62
CONCLUSÃO.....		67
5.1.	CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO PARA AS COMUNIDADES PROFISSIONAIS E ACADÉMICAS 67	
5.2.	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	67
5.3.	LIMITAÇÕES ENCONTRADAS NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	68
5.4.	CONCLUSÕES GERAIS	69
BIBLIOGRAFIA.....		70
ANEXOS.....		73

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIMBOLOS

CP – Capital Próprio

DF – Demonstrações Financeiras

DFC – Demonstração de Fluxos de Caixa

DFCP – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional

DR – Demonstração de Resultados

FM – Fundo de Maneio

IAS- Norma Internacional de Contabilidade (“International Accounting Standards Committee”)

IASB – “International Accounting Standards Board”

IASC – “International Accounting Standards Committee”

MOAF – Mapa de Origens e Aplicação de Fundos

NFM – Necessidades em Fundo de Maneio

NRF – Normas de Relato Financeiro

PNC – Plano Nacional de Contabilidade

SNCRF – Sistema de Normalização Contabilidade e de Relato Financeiro

TFC – Trabalho de Fim de Curso

§ - Parágrafo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cargo dos Inquiridos.....	51
Tabela 2 - Nível Escolaridade dos Questionados.....	52
Tabela 3 - Contabilidade com Tratamento de DFC	52
Tabela 4 - Conhecimento dos Modelos de DFC	53
Tabela 5 - Utilização da DFC.....	54
Tabela 6 - Método mais eficaz	54
Tabela 7 - Importância das Informações da DFC	55
Tabela 8 - Utilização de outros elementos das DF' s.....	55
Tabela 9 - Importância da aplicação da DFC nas empresas.....	56
Tabela 10 - Motivos da utilização da DFC	58
Tabela 11 - DFC como instrumento de agilização e melhoria de gestão empresarial	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Hierarquia das Características da Informação financeira para a FASB	13
Figura 2 - Fluxos de Caixa	17
Figura 3 – Fluxos Conforme Actividades	30
Figura 4 - Ciclo de Financiamento	38
Figura 5 – Ciclo de Investimento	38
Figura 6 – Ciclo de Exploração	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Utilização de outros documentos nas decisões de ordem financeira	56
Gráfico 2 - Periodicidade da Elaboração da DFC	57
Gráfico 3 - Principais funções da DFC	57
Gráfico 4 – Vantagem comparativa da DFC em relação a DAOF	58
Gráfico 5 – Vantagens e Inconvenientes percebidas da DFC	59

I. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização, Justificação e Importância

O cenário contemporâneo tem inserido várias mudanças na economia mundial, impelindo as nações a reverem suas políticas de desenvolvimento para se adequarem à nova realidade mundial. Estes novos paradigmas trazem novos desafios à gestão dos negócios, levando as empresas a reverem suas políticas de gestão.

Observando a nossa economia podemos constatar que derivado a vários factores como: grande limitação de recursos naturais, dimensão e localização geográfica condicionaram e continuam a condicionar o seu crescimento, não obstante, o instinto natural de sobrevivência impõe a necessidade de se criarem meios de subsistência, e uma delas é sem dúvida o comércio.

O comércio em Cabo Verde acaba por ser proporcional a própria economia, ou seja, constituído essencialmente por pequenas e médias empresas onde a maioria de seus governantes são ao mesmo tempo proprietário, com algumas limitações a nível de conhecimentos consistentes para desempenhar tal papel.

Disto deriva o facto de em suas governações utilizarem essencialmente o conhecimento empírico no processo de tomada de decisões, ora, concordaremos que em uma ou outra situação acabam por tomar a decisão mais acertada, contudo, noutras um conhecimento aprofundado de determinadas matérias com dados fiáveis a suportarem as decisões com certeza seriam necessários para que as mesmas fossem ao encontro dos objectivos pretendidos.

Outro aspecto predominante na gestão das empresas cabo-verdianas é o facto da mesma prender-se com uma gestão quotidiana e ser fortemente vocacionada para o controlo dos meios financeiros. Daí a importância de neste contexto dotar os gerentes de um instrumento de fácil compreensão e rica em informação – A Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Essa demonstração da forma de desempenho financeiro e monetário reveste-se de grande utilidade na medida em que fornece informações preciosas, contudo será necessário dominar alguns conhecimentos de gestão financeira para que se possa maximizar os benefícios de tais informações.

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), as entidades (excluindo as pequenas empresas) viram-se obrigadas a apresentarem essa demonstração, pelo que pareceu-me oportuno falar de um tema relevante na gestão das empresas em Cabo Verde, e demonstrar que esta demonstração tem muito mais utilidade para a tomada de decisões do que meramente para a apresentação de contas à administração fiscal.

1.2. Formulação do Problema

A informação da demonstração dos Fluxos de Caixa é de mais fácil compreensão e de maior interesse para os decisores, analistas e outros interessados, tanto é que empreendedores, mesmo não possuindo conhecimentos para interpretar uma demonstração financeira, atribuem uma importância significativa tanto no controlo como na informação dos meios monetários de suas empresas.

No entanto essa demonstração tem sido pouco divulgada em Cabo Verde e os preparadores dessa informação raramente fazem-na constar nos relatórios financeiros.

Até Janeiro do ano transacto as empresas Cabo-verdianas apresentavam-na como elemento opcional no conjunto das suas Demonstrações Financeiras, porém e como já foi referido o SNCRF obriga a inclusão da Demonstração dos Fluxos de Caixa nas suas Demonstrações Financeiras.

Diante deste cenário torna-se importante o papel da contabilidade, enquanto provedora de informações para a tomada de decisão e estas devem ser fornecidas à gestão das organizações apresentadas em relatórios que os gestores consideram inteligível, importante e de fácil entendimento, para que coadjuvem efectivamente no processo de tomada de decisão.

Pergunta da Partida

Na actual conjuntura económica de crise e recessão o papel do relato financeiro assume também elevada importância na gestão das organizações.

Diante do exposto, questiono: Estarão as empresas em Cabo Verde a utilizar os melhores instrumentos de gestão na tomada de decisões que maximize e potencie a performance das mesmas?

Como identificar as necessidades ou excesso de fluxos de caixa para obter um equilíbrio entre os influxos e efluxos no curto, médio e longo prazo?

1.3. Pressupostos do Estudo

Para a compreensão deste estudo levantaram-se os seguintes pressupostos de estudo:

- O uso dos instrumentos de controlo de gestão tem aplicação significativa nas empresas em Cabo Verde?
- As empresas em Cabo Verde utilizam os instrumentos de controlo de gestão, e também usufruem dos benefícios originados desses instrumentos para tomada de decisão?
- O controlo deficiente nas empresas deve ser posto em causa por falta de conhecimento de gestão financeira e das informações que podem ser extraídas por esses instrumentos?

1.4. Objectivos

1.4.1. Objectivo Geral

O objectivo deste trabalho é evidenciar a necessidade da utilização da demonstração dos Fluxos de Caixa como instrumento útil para a gestão das empresas em Cabo Verde e que por meio dele, se implementado com rigor, obtêm-se informações fíáveis e úteis que contribuirão para o acompanhamento dos objectivos estabelecidos pela empresa.

1.4.2. Objectivos Específicos

- Também pretende-se com este trabalho mostrar a origem e evolução da DFC,
- Demonstrar aos gestores a possibilidade de saber como foi gerado e utilizado os meios monetários num determinado período,
- Comprovar que a DFC propicia um melhor planeamento financeiro,
- Identificar a periodicidade para a elaboração da DFC,
- Analisar o processo decisório com base nas informações da demonstração dos fluxos de caixa.

1.5. Estrutura do Trabalho

Este trabalho está dividido em cinco partes:

- **INTRODUÇÃO**

Nesta parte introdutória do Capítulo I, apresenta o enquadramento, justificando o tema pesquisado, os objectivos gerais e específicos, bem como os pressupostos que levaram ao desenvolvimento do estudo;

- **ENQUADRAMENTO TEORICO**

Neste capítulo procurou-se fazer uma abordagem teórica sobre a importância das demonstrações financeiras com especial enfoque à Demonstração dos Fluxos de Caixa e também da gestão das empresas incidindo-se especificamente sobre a gestão financeira seguindo-se uma interligação dos vários conceitos apresentados;

- **METODOLOGIA E ANÁLISE DA PESQUISA**

O Capítulo 2 apresentará a metodologia e os resultados do trabalho desenvolvido bem como uma análise dos resultados obtidos;

- ANÁLISE DA DFC NA “CONSTRUÇÃO CV, S.A.”

Para compreensão prática da análise da DFC na gestão das empresas em Cabo Verde, optou-se por fazer uma pequena análise de dados da empresa Construção CV, S.A. e demonstrar como podem auxiliar na tomada de decisões.

- CONCLUSÃO

Neste último, far-se-ão as considerações finais sobre todo o trabalho, e os resultados obtidos na pesquisa, inclui ainda as recomendações às empresas em Cabo Verde sobre a utilização da DFC, também falar-se-á sobre a contribuição que este trabalho poderá dar a comunidade profissional e académica, as limitações da presente investigação e as conclusões finais.

CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Enquadramento Geral

O século XXI ficou marcado pela crise que inicialmente afectou o mercado financeiro e seguidamente a economia real, e que ainda se faz sentir, impondo desta forma grandes mudanças, obrigando as sociedades em geral a profundas alterações, e por conseguinte, a um permanente esforço de actualização do seu conhecimento e das formas de estar.

Sem duvida nenhuma que a informação, neste contexto, desempenhou papel fundamental, ou por sua omissão ou por não ter servido em tempo oportuno para redireccionar toda uma estratégia que viria afectar a economia mundial com consequências irreparáveis não só nos aspectos económicos mas também sociais.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e das suas acessibilidades e versatilidades conduziu a um modelo económico e social caracterizado pela incerteza, turbulência e imprevisibilidade futuras. E nas organizações actuais a informação financeira é de impreterível importância e vitalidade para que se possa fundamentar as decisões em informações sólidas, fiáveis e oportunas e não em meras especulações ou no empirismo acreditando que se consiga bons resultados com este tipo de gestão.

Incisivamente, acredita-se que a informação financeira, especialmente aquela que é fornecida pela contabilidade e auditoria, assumem importância vital no que diz respeito a continuidade ou não das organizações, (atendendo que as mesmas são utilizadas como base de suporte à tomada de decisões de gestão) e com consequências nas economias dos respectivos países e porque não dizer na economia mundial.

É interessante repararmos que as empresas não entram em solvência por acumularem prejuízos sucessivos mas sim pela falta de liquidez que lhes permita solver o passivo não corrente (Pese embora uma situação ser consequência da outra).

E é neste contexto que as demonstrações financeiras (em especial a demonstração de fluxos de caixa) constituem elementos ou se quisermos ferramentas úteis para se

tomarem decisões que possam redireccionar as empresas possibilitando informações que as conduza a melhores decisões e assim encontrar meios de atingirem seus objectivos.

2.2. A Contabilidade e as Demonstrações Financeiras

A génese da contabilidade é explicada – segundo a maioria dos autores – pela necessidade sentida pelo homem de preencher as limitações da memória, mediante um processo de classificação e registo que lhe permitisse recordar facilmente as variações sucessivas de determinadas grandezas, para que em qualquer momento pudesse saber da sua extensão.

Os processos de registo utilizados, que inicialmente eram bastante simples, foram-se generalizando e refinando, tendo chegado aos nossos dias sistematizados naquilo que se designa por sistema contabilístico. Este sistema é constituído por um conjunto de processos e procedimentos que proporcionam informação sobre as grandezas que se pretendem observar e às variações aumentativas e diminutivas que nas mesmas possam ocorrer.

Apresentar hoje a contabilidade como uma técnica de registo dos factos patrimoniais passados, é limitar o seu campo de análise e consequentemente deixar de lhe atribuir uma característica importante: a de constituir um poderoso instrumento de gestão. A contabilidade já não é entendida apenas como um elemento de simples recolha e interpretação dos dados históricos. É, além disso, uma técnica para apoio á gestão futura. De facto, a gestão moderna, não se limita a recordar o passado e a conhecer o presente. Torna-se cada vez mais necessário identificar expectativas para o futuro, planear a actividade, estabelecer objectivos, mediante uma prévia selecção entre as diversas alternativas possíveis. (BORGES António et al, 2005, p.31)

2.2.1. Objectivos e Importância das Demonstrações Financeiras

Do exposto, se verifica, que a contabilidade constitui o principal instrumento de gestão. Como tal, para que sejam respeitados esses princípios de Contabilidade, torna-se

necessário que o responsável pela sua aplicação na empresa conheça perfeitamente o trabalho que irá efectuar.

O objectivo de qualquer empresa é obter lucro. Para isso será necessário saber o lugar propício para investir? Como saber se o empreendimento planeado trará benefícios económicos futuros? Em quanto tempo se recupera o investimento a realizar. Tentando dar respostas a estas questões é que surgiram as demonstrações financeiras para que o gestor tome decisão quando comprar, deter ou vender um investimento financeiro, avaliar o zelo e a responsabilidade do órgão da gestão, avaliar a capacidade de a entidade pagar aos seus credores, avaliar a capacidade de a entidade proporcionar outros benefícios aos seus empregados, entre outros.

É esta a informação possível de disponibilizar, a todos os utentes, mas com que nível de profundidade?

Toda empresa que tenha em mente o principio de administrar, fazendo uma gestão compatível com necessidade de cada empresa tem que dar atenção específico a estas demonstrações sabê-los interpretar de forma correcta, servindo como um mapa para gerir das operações do dia-a-dia, a curto prazo e focalizando sempre o pagamento estratégico a ser alcançado no longo prazo.

“ O objectivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na toma de decisão”¹.

Apesar do objectivo referido o demonstrações financeiras terem sido preparadas com a finalidade referida, é necessário ter presente que as necessidades de informações dos utentes não proporcionam toda a informação de que os utentes possam necessitar para tomarem as suas decisões uma vez que elas, em grande medida, retratam os efeitos

¹ ALMEIDA Rui M.P; BARROS Argentina F.L.O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro-SNRF-de Cabo Verde.ATF.Edições Técnicas.2009.p.400

financeiros dos acontecimentos passados e não proporcionam necessariamente as informações não financeiras”².

Para que os utentes possam tomar decisões económicas, têm de proceder a uma avaliação da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da tempestividade e certeza da sua geração.

Em matéria da preparação das demonstrações financeiras Cabo Verde deu um passo de gigante ao adoptar as normas internacionais de contabilidade através da implementação do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, com implicação na apresentação das Demonstrações financeiras que vieram proporcionar maior e melhor informação.

A NRF 1 refere que o utente das informações das Demonstrações Financeiras esperam obter informações que permitam-no:

- Decidir quando comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio;
- Avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão;
- Avaliar a capacidade da entidade pagar e proporcionar outros benefícios aos seus empregados;
- Avaliar a segurança das quantias emprestadas à entidade;
- Determinar a política fiscal;
- Determinar os lucros e dividendos distribuíveis;
- Preparar e usar as estimativas sobre o rendimento nacional; ou
- Regular as actividades das entidades.

2.2.2. Características da Informação Financeira

A Estrutura conceptual do SNCRF considera dois conceitos muito simples, mas que têm o potencial de informar toda a informação produzida, se no primeiro se define o momento do reconhecimento dos factos patrimoniais em presença, no segundo baseia-se

² Ib.Ibid.p.400

a mensuração dos elementos patrimoniais de acordo com a continuidade das operações que proporcionam. Referimo-nos ao regime do acréscimo e continuidade.

Através do regime do acréscimo “os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (e não quando caixa ou equivalente de caixa sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o regime de acréscimo informam os utentes não somente das transacções passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

O segundo pressuposto vem-nos lembrar que as demonstrações financeiras são preparadas pressupondo que a entidade objecto de relato se encontra em continuidade, e de que é assim que irá continuar num futuro minimamente previsível.

Desta informação ficamos a saber que a entidade não espera terminar as suas actividades, contudo podemos perguntar como é que deverá ser entendida a informação produzida quando, por exemplo em tempo de crise, a entidade pretenda reduzir a sua actividade.

Outras características que a informação deverá possuir prende-se com a qualidade da informação pelo que na execução das tarefas inerentes à actividade contabilística, nomeadamente o método de contabilização, as quantias a reconhecer, o tipo de informação a divulgar e a forma com que essa informação deve ser apresentada, não pode esquecer a definição das características mais ajustadas à apresentação final da informação, para que esta se apresente com qualidade para os utentes tomarem as suas decisões.

Podemos dizer que as características qualitativas são as particularidades que tornam a informação financeira, oferecida nas demonstrações financeiras, prestável aos utentes.

Para a estrutura conceptual, são quatro as características qualitativas que a informação financeira deve apresentar:

- Compreensibilidade;
- Relevância;
- Fiabilidade
- Comparabilidade

Tentar-se-á mostrar a interligação de cada uma destas características, ainda que de forma sintética, com o objectivo de tomada de decisões e a importância de cada uma delas no modelo contabilístico que tem por base o paradigma da utilidade.

Compreensibilidade

A compreensibilidade é uma qualidade essencial da informação proporcionada nas demonstrações financeiras é a de que ela seja rapidamente compreensível pelos utentes;

Relevância

Estamos perante uma informação relevante sempre que uma informação seja útil para a tomada de decisões dos utentes das demonstrações financeiras, pelo que, uma informação é relevante quando influencia as decisões dos utentes, ou seja, sempre que tenha prestado algum apoio na avaliação dos acontecimentos passados, presentes ou futuros ou na confirmação, ou correcção, das suas avaliações passadas.

Fiabilidade

A fim de definirmos esta característica da informação financeira, referenciaremos que uma informação é fiável se for digna de confiança pelos seus usuários. Para isso deve estar isenta de erros materiais e de preconceitos possibilitando aos utentes a obtenção de uma representação fidedigna do que ela pretende representar, para que esta característica seja conseguida, a informação prestada deve ser verificável, ser uma representação fidedigna e estar de forma razoável isenta de erros e de juízos prévios.

Mas a informação pode ser relevante e não ser fiável. Pode acontecer que o reconhecimento de um facto, ainda que relevante, induza em engano os utentes das demonstrações financeiras, pelo que informação não é fiável.

Para que a informação seja fiável é necessário verificar também os seguintes atributos:

- Representação fidedigna
- Substância sobre a forma
- Neutralidade
- Prudência
- Plenitude

Comparabilidade

Num mundo concorrencial como o actual, em que a informação financeira tem um papel crescente na transmissão da informação de forma a permitir a tomada de decisões económicas, de diferentes naturezas, tem que ser produzida de forma a possibilitar a elaboração de comparações. Assim, com base na informação fornecida aos utentes, estes devem ser capazes de:

- Comparar as demonstrações financeiras de uma entidade através do tempo, com vista a poder identificar tendências na posição financeira e no desempenho, e,
- Comparar as demonstrações financeiras de diferentes entidades, com vista a poder avaliar, de forma relativa, a sua posição financeira, o seu desempenho e as alterações na posição financeira.

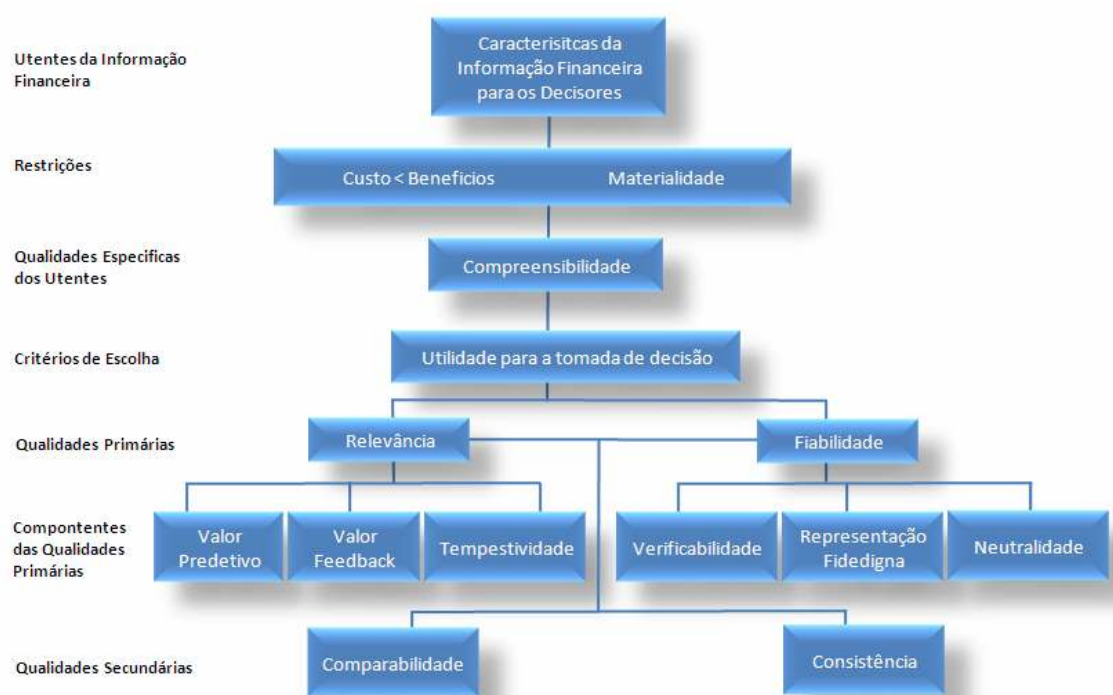
Desta forma os utentes da informação financeira podem identificar as verdadeiras similaridades e diferenças entre os factos económicos, porque estes foram agrupados, tratados e relatados da mesma forma, não estando escondidas ou simuladas dentro de métodos contabilísticos que não são comparáveis.

Para além deste entendimento a comparabilidade está também associada ao conceito de consistência segundo o qual a informação deve ser proporcionada do mesmo modo ao longo do tempo, ou seja, o tratamento a dar aos factos patrimoniais da mesma natureza, deve ser idêntico ainda que em momentos de tempo diferentes, para que a informação financeira conseguida seja consistente. Sempre que não se possa assegurar uma forma de contabilização coerente, os utentes devem ser informados desse facto, das razões que

estiveram subjacentes a essa mudança e da quantificação assim conseguida, o que deve ser divulgado no “Anexo as Demonstrações Financeiras”.

Para melhor resumir as características da informação financeira apresenta-se a figura seguinte:

Figura 1-Hierarquia das Características da Informação financeira para a FASB



Fonte: FASB – SFAC nº 2

2.2.3. Elementos de uma Demonstração Financeira

A expressão Demonstrações Financeiras exige ser definida de forma mais efectiva, assim a estrutura conceptual, expressa, um conjunto de Demonstrações Financeiras, sem prejuízo da preparação de mapas suplementares que se espera que sejam lidos juntamente com as Demonstrações Financeiras estas são constituídas, normalmente, pelos seguintes documentos:

- Balanço
- Demonstração dos Resultados (Por Natureza e por funções)

- Demonstração de alterações no capital próprio
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Os elementos que compõem as demonstrações financeiras têm cada um a sua função específica com grande amplitude de informação, cuja interacção é surpreendente. Entender esta dinâmica fornecida pelos diversos elementos das demonstrações financeiras é o primeiro passo para o cumprimento da missão das organizações.

2.2.4. Acréscimo ou Caixa?

Para compreendermos os elementos das demonstrações financeiras e a diferenciação entre seus elementos é necessário primeiramente compreender com que base foram preparadas, pelo que ao escolhermos uma base contabilística, estamos a determinar quais os factos económicos e quais as transacções que irão integrar a informação prestada num dado período de tempo. As diferentes bases geralmente usadas como estrutura da informação financeira são duas e habitualmente designadas da seguinte forma:

- Base de Caixa e
- Base de Acréscimo

Base de Caixa

Os sistemas contabilísticos alicerçados nesta base, têm por característica o facto de os registos serem feitos apenas quando se verifique uma entrada ou uma saída de dinheiro, isto é, considera-se o momento do desembolso de uma quantia constituindo um exfluxo de um meio líquido de pagamento, e o momento de entradas de meios líquidos de pagamento - influxos. Neste caso o Balanço dá-nos apenas a comparação de valores que constituem meios líquidos³, a informação conseguida é estritamente financeira

³ Entendemos por meios líquidos, os valores em caixa bem como os que se encontrem à guarda de instituições financeiros sobre a forma de depósitos á ordem, ou de outro tipo desde que facilmente mobilizáveis para fazer face às obrigações da organização.

sumariando apenas as receitas materializadas em dinheiro e os desembolsos de um determinado período.

Base do Acréscimo

O IASB define o regime contabilístico de acréscimo como o regime sob o qual⁴ "os efeitos das operações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (e não quando o dinheiro ou o seu equivalente seja recebido ou pago) sendo registados nos livros contabilísticos e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem". As organizações relacionam-se com os outros agentes envolventes através de um processo de troca que implica dois movimentos ou fluxos de sentido inverso e de igual extensão em termos monetários, um real – transferência de bens e/ou serviços - outro monetário - transferência de disponibilidades. Os sentidos destes fluxos são contrários, assim se se verifica uma "entrada" em termos reais, dar-se-á uma saída em termos monetários e vice-versa, e podem ser imediatos ou a prazo, segundo exista coincidência temporal, ou não, entre estes fluxos de natureza diferente (real ou monetária).

Em terminologia contabilística os fluxos de entrada de disponibilidades são os recebimentos e os fluxos de saída de disponibilidades são os pagamentos. No decorrer da actividade económica das organizações os dispêndios, que são activos, vão sendo extintos porque consumidos, à medida que os activos vão perdendo utilidade através do seu consumo ou do seu uso, vão sendo "sacrificados" para a geração de réditos.⁵

Comparação entre essas duas bases

A principal vantagem da base de caixa como acumulação de valores é a sua simplicidade de execução e bem assim a facilidade com que os utilizadores menos conhecedores podem entender a informação apresentada.

⁴ Veja-se "Estrutura conceptual para a preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras" - Emitida pelo IASB.

⁵ Os réditos ao contrário dos ganhos provêm do decurso das actividades correntes ou ordinárias de uma Organização, constituindo, estas duas classes, os rendimentos

De uma forma geral a base de caixa não permite um bom conhecimento da realidade económica de uma entidade, sendo a base de acréscimo a mais correcta quando não se verifique correspondência temporal entre o momento do pagamento e da extinção do gasto a que este pagamento se refere, bem como quando não existe correspondência entre o momento em que incorre o rendimento e o seu correspondente recebimento. Esta base permite um melhor controlo através da existência de um orçamento, e este é muito difícil de existir dando informações correctas, numa base de caixa pois pode mediar muito tempo entre o momento em que se contrai uma obrigação e o momento em que esta se paga, o mesmo se podendo dizer entre o momento em que se cria um direito e o momento em que este se recebe. A base de acréscimo é ainda a mais correcta quando se procura colectar toda a informação de forma a poder medir-se o custo de um produto ou de um serviço. Não é possível saber quanto custa uma determinada actividade se não incluírem as obrigações não pagas. De igual forma poderemos afirmar da impossibilidade de saber qual a rentabilidade de um serviço quando não consideramos todos os rendimentos ainda que estes não se encontrem recebidos.

2.3. A Demonstração dos Fluxos de Caixa – Conceitualização

Antes de entrarmos propriamente no conceito de fluxo de caixa, far-se-á uma comparação deste com um fluxo de água, um exemplo citado por DAS NEVES João Carvalho (2007):

“ [O rio] Nasce na montanha, desce a encosta e percorre sinuosamente a planície, onde recebe o contributo de um afluente. Continua o seu percurso numa zona agrária onde serve para a rega. Mais adiante, recebe, águas de um segundo afluente e de um terceiro afluente. Atravessa uma cidade e fornece-lhe água para o consumo urbano. Finalmente, desagua no oceano. Será possível saber qual o fluxo de caixa do rio? Obviamente, a resposta é sim.

Mas será que existe um único valor para esse fluxo? A resposta será que o volume de caudal depende de vários factores, tais como:

- -O local onde for medido: sendo maior o volume após o contributo de terceiro afluente do que após a rega da área agrária;

- -A época: após as chuvas inverniais, o caudal será maior do que na época estival.

As mesmas questões se podem colocar ao fluxo de caixa, obtendo-se respostas semelhantes. Mas a grande conclusão deste sentido figurativo é que não existe um único valor para o fluxo de caixa, dependendo esse valor dentro do ciclo financeiro do local em que é medido e da época em que for calculado, pois empresas sazonais poderão ter grande variedade de fluxo ao longo do ano.”

A figura que a seguir se apresenta mostra como as disponibilidades (meios financeiros) tenta ilustrar de forma simplista os fluxos de caixa.

Figura 2 - Fluxos de Caixa



Fonte: Adaptado de João Carvalho das Neves (Pág.33)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa teve sua origem no Financial Accounting Standard Board (FASB) em Novembro de 1987, colocada em vigor a partir de Julho de 1988, que procurou atender às necessidades Americanas, quanto aos anseios dos

investidores, em geral, e das empresas que procuravam conquistar recursos nesse mercado.⁶

O Plano Nacional de Contabilidade que até o ano passado servia de base de preparação das demonstrações financeiras previa a elaboração do Mapa de Origens e Aplicação de Fundos (MOAF) de utilização facultativa e que com a entrada em vigor do SNCRF veio a ser revogada em detrimento da Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhando assim o movimento mundial da substituição da MOAF pela DFC. Mapa este de muito pouca utilização em Cabo Verde, e que o facto de ter caído em desuso noutras paragens a mais tempo faz com que tenha um número menor de usuários. A verdade é que a sua substituição adveio do facto de a informação prestada pela DFC ser de maior relevância e melhor compreensão para os utentes daquelas informações.

Na elaboração deste trabalho pôde-se constatar que há uma convergência das normas nacionais e internacionais de contabilidade, sendo que no normativo nacional este tema é tratado no NRF 2 e a nível internacional na Norma Internacional de Contabilidade (IAS 7).

Segundo ambas, temos as seguintes definições:

Fluxos de caixa são influxos (recebimentos, entradas) e efluxos (pagamentos, saídas) de caixa e seus equivalentes.

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósito à ordem.

Equivalentes de caixa (dinheiro) são investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Conforme a NRF – 2, os fluxos de caixa referentes a juros e dividendos recebidos e pagos devem ser divulgados separadamente. Cada um deles deve ser classificado de

⁶ Retirado do site: www.metodista.br/ppc/revista-ecco/revista-ecco-01/apresentacao/fluxo-de-caixa/10/02/2010-13:55mn, quarta-feira

uma maneira uniforme de período a período como decorrentes de actividades operacionais, de investimento ou financiamento.

2.3.1. Objectivos da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC proporciona informação útil sobre a situação monetária da entidade, sendo um instrumento que auxilia a própria gestão da entidade no desempenho de suas funções tanto a curto, como médio e longo prazo.

Segundo CAIADO António Campos (2007)⁷ o objetivo principal da DFC é o de proporcionar informação sobre os recebimentos e os pagamentos de uma entidade, ocorridos durante um determinado período.

Por conseguinte, a demonstração pode auxiliar os investidores, os credores e outros a aceder a informações relativas a:

- Capacidade de gerar fluxos de caixa positivos no futuro;
- Capacidade da empresa em solver os compromissos e pagar dividendos;
- Necessidade de recurso ao financiamento externo;
- Relação entre o resultado patenteado nos documentos de prestação de contas e os fluxos líquidos de caixa originados pelas actividades operacionais, de investimento e de financiamento;
- Explicação das variações ocorridas na situação financeira entre o início e final de um período contabilístico.

A DFC terá seguramente como outros objetivos:

- Permitir avaliar as alternativas de investimento e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários.
- Como instrumento de verificação das situações presentes e futuras do fluxo de caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de não-

⁷ CAIADO, António Campos Pires, GIL Primavera Martins Daniel. Metodologias de Elaboração dos Fluxos de Caixa. Áreas Editora. Lisboa 2004, p. 29

liquidez, com a precisão de que não haja excessos monetários de caixa, e, se houver serão devidamente aplicados.

- Possibilita informações versando sobre a capacidade de geração de caixa e de controlo dos itens financeiros da empresa. Portanto, ela evidenciará a capacidade financeira de autofinanciamento das operações, deixando sempre para ultima instância a utilização do sistema bancário, evidentemente para captações de curto prazo.
- Permite obter também informação básica dessa demonstração a evidenciação da capacidade de gerar recursos e expandir o nível de investimento, sempre considerando que as dívidas estarão suficientemente amortizadas, tanto a curto como em longo prazo.

2.3.2. Importância da DFC

As informações sobre as entradas e saídas de caixa são úteis para avaliar a capacidade de gerar caixa e valores equivalentes, e para determinar a necessidade e a forma de utilização ou aplicação desses fluxos de caixa. As decisões, tanto operacionais quanto de investimento ou de financiamento, requerem uma apreciação da capacidade de geração de caixa, bem como da época e da certeza dessa geração.

A demonstração dos fluxos de caixa é uma peça indispensável nas actividades empresariais e mesmo para pessoas físicas que se dedicam a algum negócio. Pois os problemas relacionados com a insolvência ou liquidez ocorrem por falta de adequada gestão dos fluxos de caixa; daí a importância de sua análise.

Normalmente as empresas só atribuem a devida importância da DFC aquando de uma falência eminente: É possível que uma empresa apresente resultados positivos e um bom retorno sobre investimentos e ainda assim vá à falência, pelo que nem sempre usufruir de boa liquidez num período, significa dizer que ela está num bom ritmo de crescimento, mas sim adequá-lo a realidade da empresa numa perspectiva futura. Disso tudo pode-se afirmar que a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve evidenciar e

explicar o facto de que os meios financeiros disponíveis não significam lucro, e lucro nem sempre significa disponibilidade de caixa.

Dessa forma, as informações extraídas da DFC podem ser utilizadas como medidas de avaliação do desempenho operacional e financeiro para, por exemplo:

- Permitir a empresa avaliar sua capacidade de gerar fluxos de caixa positivos no futuro, com vista a adaptar-se a situações de mudança e oportunidades de mercado (FLEXIBILIDADE FINANCEIRA);
- Permite avaliar a capacidade da empresa satisfazer os seus compromissos e pagar dividendos;
- Permite avaliar a necessidade de recurso ao financiamento externo
- Permite avaliar a relação entre resultado determinado na demonstração. De resultados e os fluxos de caixa relativos às actividades operacionais, de investimento e de financiamento;
- Permite explicar as variações ocorridas na situação financeira entre o início e o final de um período contabilístico;
- Aumenta a comparabilidade sobre o desempenho operacional de várias empresas.

Para o International Accounting Standards Committee (IASC) as informações sobre os fluxos de caixa de uma empresa, são úteis, à medida que proporcionam aos usuários das demonstrações contabilísticas uma base para avaliar a capacidade de a empresa gerar caixa e valores equivalentes a caixa e as necessidades da empresa para utilizar esses fluxos de caixa. As decisões económicas que são tomadas pelos usuários exigem uma avaliação da capacidade de a empresa gerar caixa e valor equivalente a caixa, bem como da época e certeza na geração de tais recursos.

Para o IASC as informações sobre o fluxo de caixa da empresa também tem sua importância destacada pois:

- Quando utilizada em conjunto com as demais demonstrações contabilísticas proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos

activos líquidos de uma empresa, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua habilidade para afectar as importâncias e prazos dos fluxos de caixa a fim de adaptá-los as mudanças nas circunstâncias e as oportunidades;

- São úteis para avaliar a capacidade da empresa produzir recursos de caixa, valores equivalentes e habilitar os usuários a desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente e futuro de caixa de diferentes empresas;
- Aumenta a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional por diferentes empresas, porque elimina os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contabilísticos para as mesmas transacções e eventos;
- Possibilita o uso das informações históricas sobre o fluxo de caixa como indicador da importância, época e certeza de futuros fluxos de caixa;
- É útil para conferir a exactidão de avaliações anteriormente feitas de futuros fluxos de caixa e examinar a relação entre o lucro e o fluxo de caixa líquido, e o impacto de variações de preço.

2.3.3. DFC e os demais elementos das demonstrações financeiras

É importante analisarmos algumas semelhanças e diferenças entre os vários elementos da Demonstração Financeira, para assim compreendermos verdadeiramente o que cada uma possibilita em termos de informação.

2.3.3.1. O Balanço VS DFC

O Balanço patrimonial “tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data representando, portanto uma situação estática” ((DE IUDICIBUS Sérgio, 1995 p.34).

“O balanço deve apresentar activos correntes e não correntes passivos correntes e não correntes excepto quando uma apresentação com base na liquidez proporciona informação fiável e mais relevante” (RODRIGUES João, 2005, p. 35)

O balanço patrimonial é o produto final de todas as demais demonstrações financeiras. Tem a finalidade de apresentar a situação da empresa em termos financeiros e patrimoniais em determinado momento.

Podemos analisar através de algumas definições do balanço que este documento apresenta a posição (Financeira) da empresa num determinado momento, ou seja, faz um retrato, trata-se de algo estático enquanto a demonstração dos fluxos de caixa é mais dinâmico, evidenciando os fluxos (valores acumulados) por actividades ocorridos num determinado período.

Se no balanço temos a informação comparativa das disponibilidades de duas datas distintas, na demonstração dos fluxos de caixa esta informação é desdobrada nas actividades operacionais, investimento e financiamento, possibilitando informação sobre de onde veio (fluxo) o dinheiro e para onde (fluxo) o mesmo.

Embora a informação do balanço seja de longe de maior abrangência que a da DFC, esta por sua vez apresenta informação de maior interesse, porque o “dinheiro” é de extrema vitalidade para qualquer organização.

2.3.3.2. A Demonstração dos Resultados Vs A DFC

A demonstração dos resultados do exercício evidencia o lucro ou prejuízo em determinado período, que provocará alteração no patrimônio líquido da empresa. Ela demonstra os rendimentos e gastos de acordo com a natureza ocorrida de forma organizada de acordo com o regime de acréscimo (*vide ponto Acréscimo ou Caixa*). Sua consequência atingirá directamente a riqueza proveniente do patrimônio líquido.

A demonstração de resultado é efectuada com base nos gastos históricos, ou seja, gastos incorridos, durante um determinado período. Serão analisados os gastos como inventários de matéria-prima e consumo para a produção, gastos operacionais e outros. Os réditos provenientes das vendas e outros ganhos que a empresa possa ter realizado no período em questão são evidenciados para que se possa determinar o resultado operacional, financeiro e finalizando com o resultado líquido.

A principal diferença entre a DFC e a demonstração dos resultados reside no facto de que o fluxo de caixa evidencia a real situação da empresa em termos financeiros (caixa e equivalentes), enquanto que a demonstração de resultado informa a situação económica da empresa.

Segundo DAS NEVES João Carvalho (2007) a demonstração dos fluxos de caixa tem a vantagem, relativamente à demonstração dos resultados, de eliminar alguns aspectos subjectivos da contabilidade, tais como as políticas de: valorização das saídas do [inventário]; [depreciações] e amortizações; provisões, [perdas por imparidade; revalorização de activos; reversões].

Os rendimentos de uma empresa reportados nas suas demonstrações de resultados podem indicar uma condição saudável em todo o seu desempenho. Em consonância a esse facto, as análises dos coeficientes também podem indicar uma condição igual, mesmo assim, essa empresa poderá estar perto de uma falência. E um profissional de finanças menos experiente pode até perguntar como ocorre essa situação de total incompatibilidade. A resposta é simples e objetiva somente a leitura do fluxo de caixa poderá identificar realmente o porquê de a empresa estar neste aspecto. Vitalidades ou fraquezas financeiras não são identificáveis pela análise de coeficientes de uma demonstração de resultados ou de um balanço patrimonial.

Para analisar uma situação financeira de uma empresa e medir sua solvência, temos de separar os conceitos de rendimentos e gastos, dos conceitos de recebimentos e pagamentos em caixa.

A Estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro (SNCRF) define rendimento como sendo aumentos nos benefícios economicos durante o periodo contabilistico na forma de influxos ou aumentos de activos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio;(NRF 1 § 70) enquanto gastos são diminuições nos benefícios economicos durante o periodo contabilistico na forma de exfluxos ou deperecimentos de activos ou na incorrência de

passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio.

Enquanto os recebimentos e pagamentos traduzem-se em aumentos ou diminuições de caixa, sendo normalmente consequência dos conceitos acima referidos e a principal diferença entre estes reside no desfasamento temporal.

Se por um lado o resultado evidenciado na Demonstração dos Resultados é tido como base para tributação, distribuição de dividendos, e indicador de prémios de administradores e outros colaboradores, devia-se também levar em conta a capacidade da empresa em transformar o resultado económico em liquidez evitando assim casos em que a empresa acaba por ficar com problemas de tesouraria com a distribuição de dividendos, prémios e pagamento de impostos.

Pelo que uma análise adequada da DFC permitirá a empresa controlar o discordância temporal entre rendimento e recebimentos, gastos e pagamentos, com benefícios enormes na *performance* geral da entidade.

2.3.4. Tipos de DFC

A informação sobre o fluxo e caixa, na óptica do horizonte temporal, da empresa pode ser evidenciada basicamente de duas formas: Ou sobre operações de caixa realizadas num período já ocorrido (descreve mudanças históricas no caixa da empresa), ou sobre operações de caixa da empresa que ainda irão ocorrer (orçamentadas), e que, portanto, referem-se a um período de tempo ainda não ocorrido.

Um conceito importante de fluxo de caixa é o conceito de *fluxo de caixa histórico*. Este conceito refere-se ao primeiro tipo de informação descrito acima. Outro conceito de fluxo de caixa fundamental é o de fluxo de caixa previsional, que expressa informações correspondentes ao segundo conceito, também já descrito.

2.3.4.1. DFC Histórico ou realizado

A demonstração dos fluxos de caixa histórico é componente do conjunto das demonstrações financeiras que as empresas divulgam⁸, servindo principalmente para análises comparativas e históricas.

Para Hendriksen e Breda (1999, p.176) uma razão básica para o fornecimento de demonstrações de fluxos de caixa histórico é a sua possibilidade de uso para avaliação da empresa como entidade em continuidade, por parte dos accionistas, credores e outros utentes das demonstrações financeiras.

A demonstração de fluxo de caixa histórico pode ser preparada a partir das outras demonstrações já elaboradas e divulgadas pela empresa, permitindo a análise das causas de modificação do caixa da empresa e um estudo do seu comportamento financeiro ao longo do tempo. É um adequado instrumento de análise.

Por outro lado, Hendriksen e Breda (1999, p.180) comentam que uma das dificuldades com a utilização de fluxos de caixa históricos na predição de fluxos futuros reside na interdependência de muitos fluxos da caixa. As informações sobre fluxos de caixa devem ser complementadas por planos da administração da empresa revelando suas expectativas, além de outros relatórios complementares que possam ser utilizados no processo de predição.

2.3.4.2. DFC Previsional

A segunda forma de apresentação de fluxo de caixa é utilizada principalmente pela gerência das empresas no planeamento operacional e estratégico na gestão da actividade financeira, inclinada para o futuro, sendo de uso interno da empresa.

O orçamento, segundo Carlos Caiado Pereira (1994, p. 451) é a expressão quantitativa de um plano de acção, constituindo um instrumento importante de coordenação e implementação da acção. Visto noutra perspectiva, um orçamento é um conjunto de

⁸ Ter em atenção que em Cabo Verde esta prática não é comum, sendo agora imposto pelo SNCRF

quadros que fixa em termos previsionais e quantificados (quantidades e valores) e também em prazos determinadas actividades a desenvolver e os gastos, rendimentos ou situações e **fluxos financeiros** que daí decorrem.

Atendendo que o orçamento global é constituído por diversas peças importa no âmbito deste trabalho realçar apenas os seguintes:

- Orçamento de Tesouraria, que expressa os recebimentos e pagamentos operacionais e
- Orçamento Financeiro que traduz os recebimentos e pagamentos de investimento e financiamento

Contudo, o que se constata na prática em nossa praça é que estes dois orçamentos não são transpostos para os modelos comuns de DFC, mas que na verdade acabam por dar informações bastante semelhantes ao da DFC previsional.

Se do ponto de vista de documento de informação financeira, reportada ao final de um determinado período, a DFC se revela da importância já focada, ela pode tornar-se ainda mais importante quando comparado com a sua previsão elaborada para o mesmo período em análise.

A elaboração de uma Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional (DFCP), parece aceitável, e de elevada importância. Além disso, tal como a DFC, a DFCP elaborada de acordo com as entradas e saídas de dinheiro previstas, permite o conhecimento, *a priori*, da capacidade de gerar fluxos de caixa suficientes para o cumprimento das suas obrigações e ainda uma avaliação da sua folga financeira para novos “ataques” em termos de competitividade na sua área de negócios, ou para um alargamento do mercado com a implementação de novos projectos, diversificação e/ou aumento dos seus segmentos.

A DFCP como qualquer outro orçamento deverá ser objecto de controlo e análise a fim de apurar os desvios, seus efeitos, fazer ajustamentos e determinar responsabilidades.

2.3.5. Metodologias de elaboração dos fluxos de caixa

A IAS 7 e o NRF 2 estabelecem ainda que os fluxos de caixa devem ser evidenciados por actividades operacionais, de investimento e de financiamento, podendo os fluxos de caixa das actividades operacionais ser apresentados utilizando-se um dos dois métodos seguintes:

- **Método directo** (*ver modelo em anexo segundo o SNCRF*)
- **Método indirecto** (*ver modelo em anexo segundo o SNCRF*)

O nº 2 da mesma NRF divide e define ainda as actividades em:

Actividade operacional como sendo as principais actividades produtoras de rédito da entidade e outras actividades que não sejam de investimento ou de financiamento;

Actividade de investimento como sendo a aquisição e alienação de activos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Actividade de financiamento como sendo as actividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio contribuído e nos empréstimos obtidos pela entidade.

2.3.5.1. DFC – Método Directo

Neste método, a DFC demonstra todos os pagamentos e recebimentos consequentes das actividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos ao menos para os itens significativos de recebimentos e pagamentos.

Para António Carlos Pires Caiado, só é possível apresentar a DFC por este método por duas vias:

- Directamente dos registos contabilísticos, mediante a adopção de contas apropriadas – [através dos sistemas informáticos é possível a criação de um

plano específico que permite a configuração com as contas com reflexos aos fluxos de caixa definidos naquele plano], ou;

- Pelo ajustamento de rubricas da demonstração de resultados que respeitem a:
 - Variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dividas operacionais de e a terceiros;
 - Outras rubricais não relacionadas com caixa;
 - Outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

2.3.5.1.1. Directamente dos registos contabilísticos utilizando o Plano dos Fluxos de Caixa

Pretende-se com este método que seja registado, por cada operação ou transacção efectuada que dê origem a um fluxo de caixa, um movimento em contas apropriadas. Para utilização deste método será necessário a utilização de um programa de computador que tenha essa funcionalidade, hoje em dia, é comum que os programas de contabilidade possibilitem o tratamento dos fluxos de caixa directamente nos movimentos.

Este procedimento consiste na criação de um plano com as actividades relacionadas com os fluxos de caixa (Operacional, Investimento e Financiamento) devidamente codificadas (análogo ao plano de contas). Após a criação deste plano, dever-se-á fazer a configuração das contas da contabilidade que tenham ligação directa com os fluxos de caixa. A título de exemplo: O pagamento por cheque efectuado a um fornecedor de inventários é registado à crédito de uma subconta de bancos (121) por débito da conta de fornecedores, este movimento deverá ser reflectido nos fluxos de caixa. A conta 121 deverá já ter a reflexão com os fluxos de caixa solicitando o código do fluxo de caixa correspondente, nesta altura o utilizador selecciona o código correspondente a pagamento de fornecedores.

Este método embora obriga o escriturário a efectuar todos os lançamentos dos fluxos de caixa, atrasando um pouco os trabalhos de lançamento é bastante eficaz e possibilita a informação da demonstração dos fluxos de caixa a qualquer momento, pelo que aconselha-se a utilização deste método.

2.3.5.1.2. Pelo ajustamento de rubricas

Outra possibilidade, ainda considerando a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa pelo método directo, consiste no ajustamento de rubricas da demonstração de resultados de resultados das variações ocorridas em rubricas de balanço. No método directo cada item da demonstração dos resultados será convertido numa análise de caixa.

Em termos esquemáticos temos:

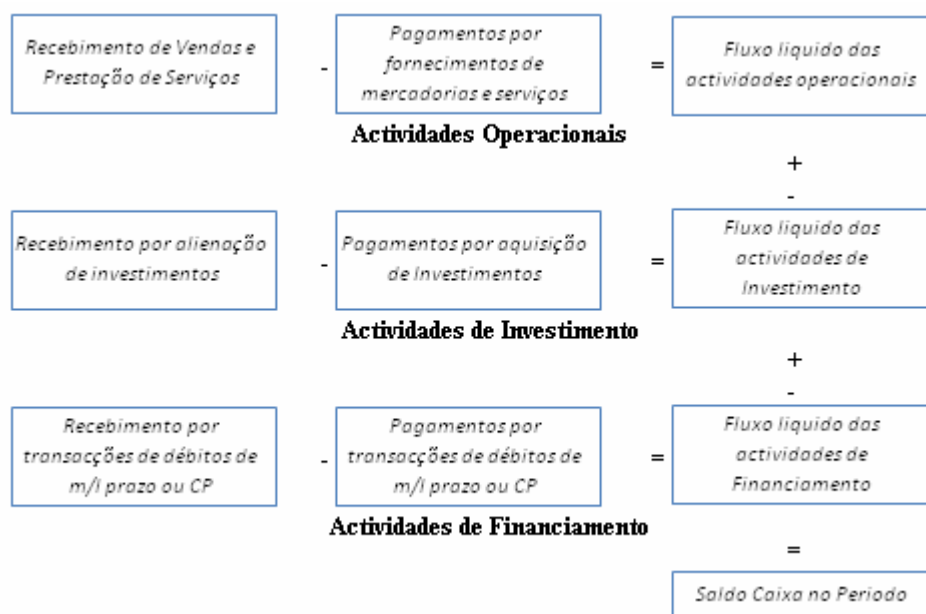


Figura 3 – Fluxos Conforme Actividades

Fonte: Adaptado de CAIADO António Campos, (p. 41)

2.3.5.2. DFC – Método Indirecto

Para a IAS 7 e NRF 2 a DFC pelo Método Indirecto, consiste em ajustar o resultado líquido do período dos efeitos das transacções que não tenha como contrapartida caixa e

seus equivalentes, dos acréscimos e diferimentos relacionados com recebimentos ou pagamentos futuros e dos rendimentos ou de gastos relacionados com fluxos de caixa respeitantes às actividades de investimento ou de financiamento.

Segundo António Pires Caiado a determinação do fluxo de caixa líquida das actividades operacionais é feita a partir do resultado líquido do exercício ajustando-o pelos efeitos de:

- Variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dívidas operacionais de/ a terceiros;
- Rúbricas não relacionadas com caixa tais como amortizações, provisões, impostos diferidos, diferenças de câmbio não realizadas, resultados não distribuídos de associadas e interesses não controlados;
- Todas as outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

O fluxo líquido de caixa das actividades operacionais pode também ser apresentado pelo método indireto, seriando os gastos e rendimentos relacionados com caixa incluídos na demonstração de resultados e as variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dívidas operacionais de/a terceiros.

A metodologia a ser seguida na obtenção da demonstração de fluxos de caixa envolve:

- Elaboração de um mapa comparativo para todas as posições de balanço, por forma a apurar as variações dos activos circulantes que não sejam meios financeiros e das contas a pagar;
- Análise de elementos da demonstração de resultados no intuito de determinar:
 - Itens que constam dos resultados, mas que não tiveram origem ou efeitos nos movimentos financeiros;
- Análise das rubricas que não são activos circulantes ou dívidas a pagar para determinação das actividades de investimento ou financiamento;
- Elaboração da demonstração dos fluxos de caixa com base na informação anterior.

Os meios financeiros no início e no fim de determinado período são comparadas para determinar a variação durante o período em análise. Este valor não explica as variações nos meios financeiros, mas é o objetivo da análise da Demonstração dos fluxos de caixa.

O resultado líquido é o ponto de partida para a análise das atividades operacionais

De seguida, o resultado será ajustado por forma a converter o resultado líquido em fluxos operacionais. Estes ajustamentos poderão ter três naturezas: não originam fluxos de caixa, não são enquadráveis nas atividades operacionais, são variações no activo corrente ou de contas a pagar.

Após a análise dos itens que não têm origem ou efeito em fluxos de caixa, resta-nos analisar as variações ocorridas no activo corrente pelos seus efeitos nos fluxos de caixa.

Como regra geral:

- Um acréscimo de um activo corrente (Excluindo os meios financeiros) representa um decréscimo nos recebimentos ou um acréscimo nos pagamentos. Quando os saldos de clientes aumentam, significa que os recebimentos diminuem. Quando os inventários aumentam, aumentam os pagamentos.
- Um acréscimo nas contas a pagar, aumenta os recebimentos ou diminuem os pagamentos. Quando as remunerações a pagar aumentam, as remunerações pagas diminuem.

A título de resumo, por este método procede-se a ajustamentos face ao resultado líquido e não por cada item da demonstração de resultados como no método directo.

Conforme António Caiado e Primavera Gil (2004) o maior inconveniente no método indirecto, respeita a dificuldade do utilizador compreender a informação apresentada. Este método não apresenta os recebimentos por origem nem os pagamentos efectuados. Apenas os ajustamentos são indicados e estes podem ser confusos.

2.3.5.3. Comparação entre o método directo e método indirecto

O formato dos fluxos operacionais diverge tratando-se da aplicação do método directo ou indirecto. No método directo cada rubrica da demonstração de resultados é ajustada para uma análise baseada nos fluxos monetários. No método indirecto procede-se a estes ajustamentos face ao resultado líquido e não por cada item da demonstração dos resultados. Ambos os métodos eliminam os efeitos de itens que não geram fluxos de caixa, tais como as amortizações e depreciações bem como as perdas e ganhos em alienação de investimentos fixos.

Segundo Campos Filho (1997, p.41) a diferença, na elaboração da DFC, entre método directo e indirecto encontra-se apenas nos grupos das actividades operacionais.

A DFC, quando elaborada pelo método directo apresenta dentro do grupo das actividades operacionais, primeiro o valor referente a receita pela venda de mercadoria e serviços, para, em seguida subtrair destes os valores equivalentes ao pagamento de fornecedores, salários e encargos sociais dos funcionários bem como os impostos e outras despesas legais. Além disso adiciona-se os eventuais⁹

O maior inconveniente no método indirecto respeita à dificuldade do utilizador em compreender a informação apresentada. Este método não apresenta os recebimentos por origem nem os pagamentos efectuados. Apenas os ajustamentos são indicados e estes podem ser confusos.

Embora a elaboração da DFC pelo método directo através do ajustamento de rubricas seja um pouco mais complexo do que pelo método indirecto, este mostra o montante de fundos obtidos e utilizados nas actividades operacionais em vez de apresentar os resultados e “itens” de reconciliação. O método directo divulga apenas itens que afectaram os meios financeiros e ignora os restantes.

⁹ Segundo campos Filho (1997,p.41) “as empresas que decidirem não mostrar os recebimentos e pagamentos operacionais deverão relatar a mesma importância de fluxo de caixa líquido das actividades operacionais indirectamente, ajustando o lucro líquido para reconciliá-lo ao fluxo de caixa líquido das actividades operacionais (método directo ou de reconciliação) ”.

Os valores do balanço podem representar os fluxos reais do período, pelo que determinadas rubricas exigem uma análise que pode conduzir a reclassificações, por não originarem ou não serem de um fluxo de caixa.

2.3.6. Vantagens e inconvenientes da DFC

A informação acerca dos fluxos de caixa de uma entidade é útil ao proporcionar aos utentes das demonstrações financeiras uma base para determinar a capacidade da entidade para gerar dinheiro e equivalentes e determinar as necessidades da entidade de utilizar esses fluxos de caixa. As decisões económicas que sejam tomadas pelos utentes exigem uma avaliação da capacidade de uma entidade de gerar dinheiro e seus equivalentes e a tempestividade e certeza da sua geração.

Se quisermos fazer uma analogia podemos afirmar que a DFC veio substituir a Demonstração de Origem e Aplicação de Fundos, prevista no antigo Plano Nacional de Contabilidade (PNC) e de elaboração facultativa.

Apresentamos de seguida alguns prós e contras da DFC:

- Possibilita a comparabilidade das “performances” operacionais divulgadas pelas diferentes empresas, visto que elimina os efeitos da utilização de diferentes tratamentos contabilísticos para as mesmas transacções ou operações. Os fluxos de caixa não são afectados por certos movimentos contabilísticos, designadamente os registados nas contas de acréscimos e diferimentos.
- Para uma entidade sobreviver é essencial que tenha e saiba gerir adequadamente meios financeiros. A demonstração dos Fluxos de Caixa mostra a capacidade de uma empresa gerar fluxos monetários, bem como a qualidade dos seus resultados. Os accionistas, potenciais investidores, credores e outros utentes da informação contabilística estão preocupados com a capacidade da empresa de fazer face às suas obrigações quando da data do seu vencimento.

- Juntamente com o Balanço e a Demonstração dos Resultados, o mapa em causa permite que os utentes avaliem melhor as alterações havidas na situação financeira, incluindo a liquidez e a solvabilidade. Possibilita ainda o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros das entidades.
- Os documentos de prestação de contas não têm em conta a inflação, pelo que muitos procuram um padrão concreto (Fluxos de Caixa) para avaliar o sucesso ou a falência das operações empresariais.
- Trata-se de uma medida de “performance” relativamente simples que pode ser facilmente assimilada pelos utentes não especializados em análise financeira.

Embora as vantagens suplantam francamente os inconvenientes, existem críticas a esta análise e que se centralizam no seguinte:

- Sendo uma metodologia baseada nos movimentos de caixa, não traduz a complexidade dos aspectos de gestão financeira das empresas, designadamente os que estão próximos de caixa ou da liquidez.
- As informações proporcionadas pela DFC são, em si próprias, limitadas. Para que se tornem úteis aos utentes, o mapa deve ser analisado juntamente com o balanço e a Demonstração dos Resultados.

2.4. A Gestão Empresarial

Segundo OLIVEIRA (2001, p.47), A gestão empresarial pode ser considerada um processo pelo qual se leva a empresa de uma situação actual para uma situação futura desejada. Gerir um negócio é fazer as coisas acontecerem. Gerir com eficiência proporciona o desenvolvimento e a melhoria das actividades da empresa, ocasionando melhores resultados. Assim, para que a empresa possa desenvolver suas actividades de gestão de melhor forma, é importante a interacção sinérgica, que é extremamente necessária para atingir a eficiência.

2.4.1. Conceito de Empresa

Para OLIVEIRA (2001, p.47), considera a empresa como um sistema aberto e dinâmico, tendo como principal função promover a satisfação das necessidades humanas por meio do consumo, da transformação e da comercialização de produtos. Com o objectivo de garantir a sua continuidade, a empresa terá necessidade de adaptar-se às mudanças constantes ocorridas no ambiente no qual está inserida, adequando escassez de recursos e necessidades.

“A empresa é toda a entidade constituída sob a forma jurídica para exploração de uma actividade económica seja mercantil, industrial, agrícola ou prestações de serviços.” (FRANCO, H. 1991)

A empresa não pertence só aos sócios mas toda a comunidade nela inserida, pois a forma como conduz seus negócios reflecte no desenvolvimento económico e social de toda a organização nela presente.

2.4.2. Conceito e as Funções de Gestão

Não podemos falar de gestão nem de empresa sem antes falarmos das organizações. Hoje em dia praticamente vivemos numa organização, estruturas em que as pessoas trabalham conjuntamente para a prossecução dos objectivos impossíveis/difíceis de alcançar se trabalhassem isoladamente. Por isso, a organização é um sistema complexo, isto é, em que todos tem propriedades e capacidades que as partes isoladamente não têm. O todo é maior do que a soma das partes.

Diante disso define-se gestão como sendo o processo de se conseguir obter resultados da organização (bens, serviços, etc.) com esforço dos outros (organizar, coordenar, dirigir o trabalho dos outros), visando atingir determinado objectivo. No caso das empresas cujo objectivo é o lucro.

Com a globalização as empresas estão cada vez mais competitivas, o que não pode ser feito de modo empírico, havendo necessidade de uma gestão embaçada em informações

confiáveis, que diminuem o risco nos empreendimentos e, neste sentido se destaca as principais funções da gestão:

- O Planeamento (Previsão)
- O Controlo
- A Organização
- A Direcção
- A Liderança

2.4.3. Os Ciclos da Empresa

Conforme DAS NEVES João Carvalho, as empresas podem ser divididas em 3 ciclos¹⁰, a saber: Investimento, Exploração e operações financeiras.

As decisões nas empresas deverão atentar a estes ciclos, na medida em que cada um terá o seu horizonte temporal, pelo que o conhecimento destes ciclos na realidade de cada organização é de importância vital.

O ciclo das operações financeiras corresponde às actividades de obtenção de fundos adequados aos investimentos e às necessidades de financiamento do ciclo de exploração. No ciclo das operações financeiras, distingue-se ainda:

- Ciclos de operações de capital – visando obter os fundos estáveis, para o financiamento dos activos estáveis e gerir de forma optimizada esses fundos.
- Ciclo das operações de tesouraria – visam gerir os meios financeiros, bem como assegurar a cobertura financeira a curto prazo no caso de insuficiência temporária de fluxos de caixa

¹⁰ Não fazer confusão com as actividades previstas na elaboração das DFC.

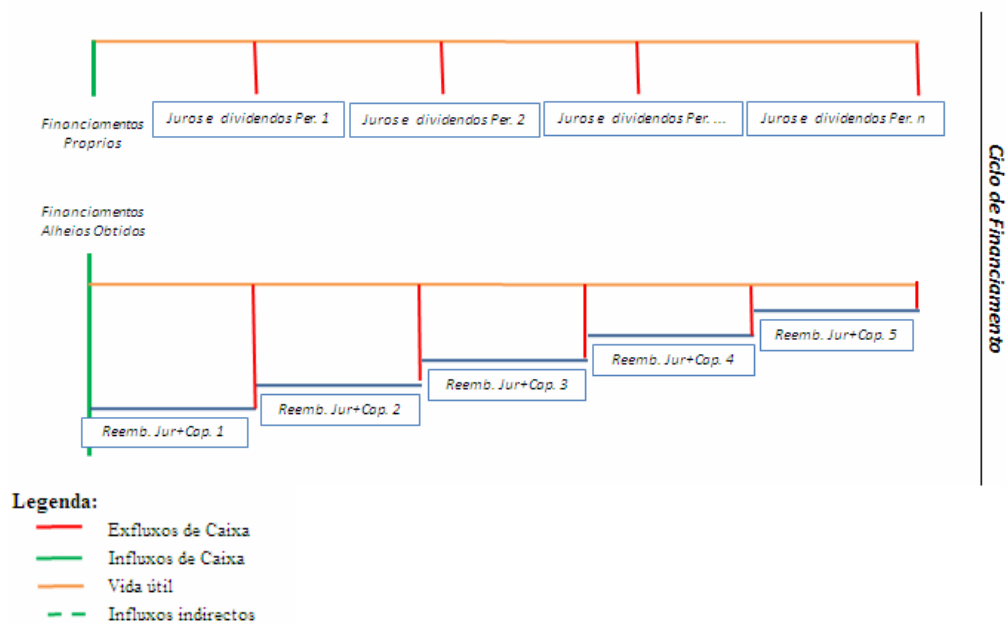


Figura 4 - Ciclo de Financiamento

Fonte: Autora

O ciclo de investimento engloba o conjunto de actividades e decisões respeitantes à análise e selecção de investimentos ou desinvestimentos. As operações efectuadas neste ciclo conduzem ao volume de investimento fixo representado no balanço, nas correspondentes contas do activo.

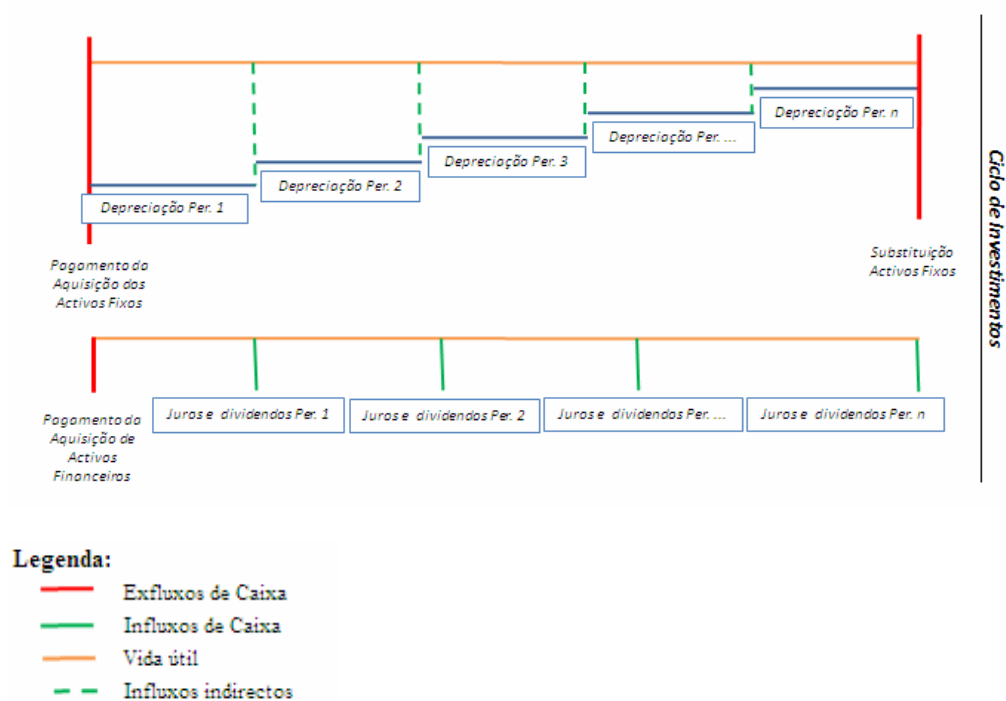


Figura5 – Ciclo de Investimento

Fonte: Autora

O **ciclo de exploração** corresponde às actividades e decisões no âmbito do aprovisionamento, produção e comercialização. As operações efectuadas neste ciclo conduzem ao consumo e obtenção de recursos da empresa a que vão corresponder os gastos e rendimentos na demonstração de resultados. No balanço, provoca necessidade de recursos para financiar clientes e existências, obtendo automaticamente alguns recursos, como seja o crédito de fornecedores.

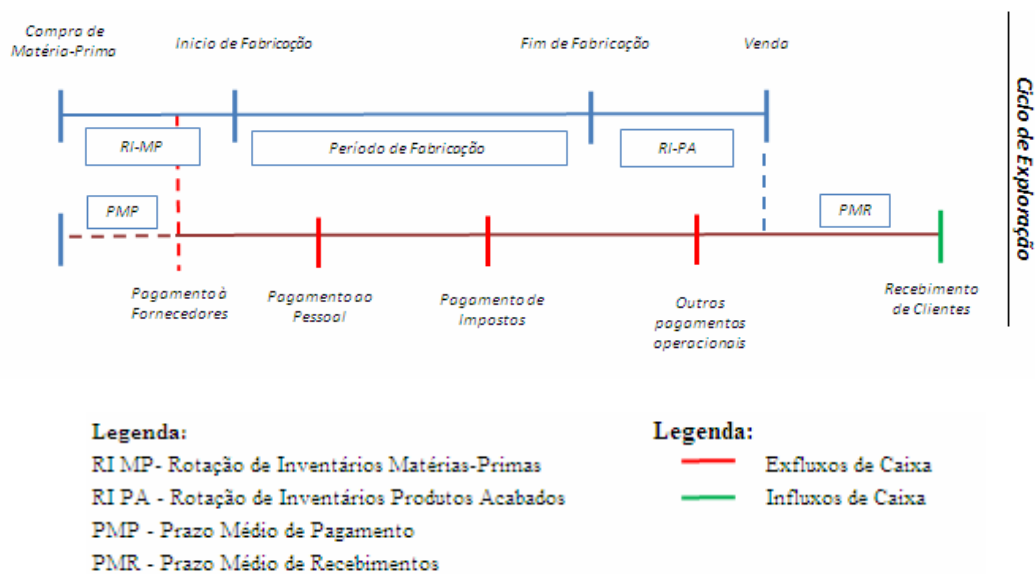


Figura 6 – Ciclo de Exploração

Fonte: Autora

É importante compreender os ciclos empresariais, afim de entender alguns conceitos importantes na análise dos fluxos de caixa.

Uma empresa equilibrada financeiramente apresenta sempre uma tesouraria líquida positiva, contudo para que assim seja é necessária uma combinação de outros factores que irá depender de empresa para empresa e do sector de actividade em que actua.

Muitos autores utilizam o mapa das necessidades de fundo de maneio para analisar o equilíbrio financeiro das empresas, sendo este equilíbrio fornecido pela seguinte fórmula:

Tesouraria Líquida (TL) = Fundo de Maneio (FM) – Necessidade em Fundo de Maneio (NFM)

Onde:

$FM = \text{Capitais Permanentes} - \text{Activo Fixo}$ e $NFM = \text{Necessidades cíclicas} - \text{Recursos Cíclicos}$

Não vai-se fazer um aprofundamento desta matéria atendendo que este não é o âmbito do trabalho, contudo nesta linha de pensamento e em termos bastante práticos uma empresa bem gerida e equilibrada financeiramente deveria:

- Ter um FM positivo, isto querará dizer que o capital para constituição da empresa deverá ser superior ao investimento fixo a realizar;
- Recursos Cíclicos > Necessidades cíclicas, significa dizer que se recebe de pronto pagamento e paga-se dias depois (o mais extenso possível)
- Adicionando estes factores esta empresa teria capacidade para, ou alargar ainda mais o negócio ou fazer diversas aplicações (minimizando sempre o risco) e assim aumentar a rentabilidade do negócio,

Isto seria o ideal para qualquer entidade, todavia a realidade é bem diferente, porque as vezes desconhece-se esta situação e conseqüentemente não há um esforço para que se faça isso, noutras situações esta gestão está inerente a factores alheios a gestão da empresa.

2.4.4. A Gestão Financeira

Numa primeira fase, a função financeira identificava-se com o papel do tesoureiro da empresa, ou seja, consistia na manutenção de um saldo de disponibilidade que lhe permitisse assegurar o normal funcionamento da empresa, na rapidez e segurança da cobrança de dívidas dos clientes e, finalmente, no escalonamento adequado da liquidação dos débitos aos fornecedores. A função financeira limitava-se àquilo que actualmente se designa por gestão de tesouraria em sentido restrito ou gestão das disponibilidades.

Àquela tarefa elementar da função financeira cedo veio a ser ampliada, surgindo então a noção tradicional da preocupação com as decisões de financiamento, ou seja, a recolha atempada a ao menor custo dos fundos que possibilitam o financiamento dos capitais

necessários ao funcionamento e desenvolvimento da empresa. O financiamento passa, então a assumir um papel mais activo na gestão da empresa e são-lhe atribuídas algumas responsabilidades que excedem o campo restrito das decisões operacionais. Com efeito, às preocupações atrás descritas passa a acrescentar-se da selecção das fontes de financiamento, a qual deve atender s critérios, que se prendem com objectivos de rendibilidade e de equilíbrio financeiro.

A concepção tradicional veio, por sua vez, a ser gradualmente acrescida de novos elementos, de novas atribuições para a função financeira, chegando-se assim á chamada gestão financeira moderna. As novas tarefas estão relacionadas com aspecto de carácter predominante económico, passando a caber á área financeira, a análise e controlo da rendibilidade previsional e efectiva das aplicações de fundos. Esta mudança vem a traduzir-se, no concreto, na participação da função financeira nas decisões de investimento e na elaboração do plano a médio prazo da empresa, assim como no aparecimento da figura do *controller*, cuja actuação está intimamente ligada ao controlo da rendibilidade das aplicações de fundos.

Quanto á estratégia financeira, que, em certa medida, não é mais do que uma extensão da concepção tradicional centrada sobre o financiamento, João Carvalho das Neves acrescenta o seguinte:

A política de investimentos assume um papel preponderante e preocupa-se fundamentalmente com a análise de rendibilidade e do risco potenciais das decisões que, envolvendo um horizonte temporal alargado, implicam um dispêndio de fundos no presente em troca de um potencial de entrada de fundos no futuro;

A política de financiamento visa, principalmente, proporcionar á empresa os fundos de que esta necessita, em função da sua politica de investimento e de desenvolvimento;

A política de distribuição de resultados tem um carácter marginal e dedica-se ao estudo da melhor forma de afectar a riqueza adquirida pela empresa entre a retenção em reservas e o pagamento de dividendos aos accionistas, atendendo as condições e restrições legais e fiscais a que a mesma e os detentores do seu capital estão sujeitos;

O documento fundamental da gestão financeira a médio e longo prazo é o plano financeiro, que é a tradução do plano da empresa em entradas e saídas de fundos, com vista a teste global do equilíbrio financeiro previsional a longo prazo (entradas + saldo inicial - saídas \geq saldo final pretendido).

A gestão de tesouraria, como o próprio nome indica, um prolongamento das tarefas originais da função financeira – papel do tesoureiro –, em relação á qual destacamos:

A gestão do activo circulante, que compreende, para além de já referida gestão dos meios financeiros, a gestão ou controlo do crédito concedido à clientela, o controlo financeiro das existências e a aplicação dos excedentes temporários de tesouraria (v.g depósitos a prazo e títulos negociáveis);

A gestão dos débitos a curto prazo, que engloba a gestão das relações financeira com os fornecedores e restantes devedores correntes (Sector Público Estatal, por exemplo), assim como a cobertura dos défices temporários de tesouraria.

O documento central da gestão financeira a curto prazo é o orçamento de tesouraria, que não é mais do que uma tradução do orçamento global das empresas em termos de recebimentos e pagamentos previsionais, com vista ao teste do equilíbrio de tesouraria de curto prazo (recebimentos + saldo inicial - pagamento \geq saldo final desejado).

Com o evoluir do tempo, certas problemáticas inerentes ou relacionadas com as finanças da empresa foram-se desenvolvendo e, por razões de natureza técnica, científica e/ou pedagógica, vieram a adquirir um estatuto autónomo.

2.4.4.1. O papel do gestor financeiro

Para uma administração ser bem sucedida em alcançar seus objectivos, satisfazer suas responsabilidades sociais, ou ambas as coisas, ela depende dos gestores. Se os gestores fazem bem o seu trabalho, a organização provavelmente atingirá suas metas. E se as

grandes organizações de uma nação realizam seus objectivos, a nação como toda irá prosperar.¹¹

Para o [gestor] financeiro, as actividades desenvolvidas numa organização traduzem-se num fluxo de entradas e saídas de dinheiro que é necessário equilibrar.

O [gestor] financeiro visualiza assim a empresa como uma corrente de fluxos de caixa que importa manter sem rupturas. Para o efeito, tem uma preocupação básica: considerando qualquer horizonte temporal, é necessário que:

$$\text{Entradas previstas} + \text{Saldo inicial} \geq \text{Saídas previstas} + \text{Saldo final desejado}$$

Esta regra de equilíbrio traduz-se numa outra, que tem carácter primordial e constitui um verdadeiro imperativo, o qual se pode identificar com o conceito de rendibilidade. Para que a expressão anterior seja verificável a médio prazo, é forçoso que as entradas acumuladas sejam superiores às saídas acumuladas, ou seja:

$$\text{Entradas previstas} \geq \text{Saídas previstas}^{12}$$

2.4.4.2. O processo decisório

Neste contexto o gestor financeiro encontra-se constantemente com dilemas em que se torna categórico que este tome decisões, nalgumas situações, o processo é simples e quase que mecânico e noutras nem tanto, sendo necessários maiores cuidados antes de qualquer decisão.

De uma forma geral, a decisão sempre ocorre quando se depara com cursos alternativos de comportamento, ou seja, quando pode-se fazer algo de duas ou mais formas diferentes. Individualmente, todas as pessoas estão continuamente deparando-se e analisando contextos e tomando decisões a seu respeito. No nível empresarial, o

¹¹ STONER James A.F.; Freeman R. Edward. Administração. 5ªed. PRENTICE-HALL DO BRASIL LTDA. p.533. p.4.

¹² NEVES, João Carvalho. Análise Financeira. Edição Actualizada. Texto Editores. Lisboa. 2007, p. 14.

contexto torna-se mais complexo, pois os gestores financeiros (como outros gestores e executivos) estão tomando decisões nos três níveis: estratégico, tático e operacional.

De acordo com Stoner (1995,p.239) “tomar Decisões é identificar e seleccionar um curso de acção para lidar com um problema específico ou extrair vantagens em uma oportunidade. Em síntese, decidir é uma tarefa importante que todo e qualquer administrador deve possuir, seja ele da alta ou média gerência.”

Segundo Chiavenato (1993,p.563):“Decidir implica quase sempre uma certa racionalidade pessoal do tomador de decisão; isto significa a capacidade de seleccionar os meios necessários para atingir os objectivos que se pretende; representa a adequação dos meios aos fins desejados.” Para um indivíduo seguir um determinado curso de acção, ele deve abandonar outros cursos que se lhe apresentem como alternativas.

De acordo com Kast (1976,p.139): “O processo decisório é o caminho mental que o administrador utiliza para chegar a uma decisão. Em todas as decisões, existem certos elementos que sempre estão presentes. Com base nesses aspectos, podemos adoptar um modelo genérico e prescritivo que explica o processo decisório e que pode ser aplicável a todos os problemas dentro do domínio organizacional.”

Tomar uma decisão em muitos casos não é um processo tão simples, além disso, é necessário observar o tempo disponível que se tem para escolher, que rumo tomar e muitas vezes o que se tem são apenas alguns minutos; nesse sentido, o gestor financeiro precisa ter uma boa bagagem para analisar o contexto onde está inserido e vislumbrar uma escolha que traga benefícios para a organização.

Segundo Stoner (1995,p.253) o processo decisório é complexo e desenvolve-se ao longo de seis etapas:

- 1 – Identificar a situação;
- 2 – Obter informação;
- 3 – Gerar soluções alternativas;

4 – Avaliar e escolher a melhor alternativa;

5 – Transformar a solução em acção;

6 – Avaliar resultados.

Cada uma dessas etapas influencia as demais e todo o conjunto do processo; e nem sempre essas etapas são seguidas à risca em sua sequência.

2.5. A DFC na Gestão Financeira

Pudemos ver nos outros pontos anteriores alguns conceitos importantes que valerá a pena relembrar.

Disse-se que o papel do gestor financeiro seria manter o equilíbrio entre os fluxos de caixa para que a empresa pudesse manter sua actividade de forma sustentada e assim alcançar os seus objectivos. Para isso estaria constantemente tomando decisões e as mesmas teriam que ser as mais acertadas possíveis de forma a atingir o objectivo específico culminando no final com o da empresa. Viu-se também que em situações de maior pressão e exigência seria necessário obter-se informações que pudessem suportar as decisões do gestor financeiro.

Obter informações num contexto empresarial, em momentos de pressão em que o tempo de tomada de decisão é limitado, as empresas sentem necessidade de um sistema de informação que possibilite informação precisa e oportuna, sob pena de se tomarem decisões com consequências nefastas por se ter um sistema ineficiente e que mesmo fornecendo informação fiável, não sendo oportuna, poderá inviabilizar todo o processo.

O Sistema de informação de uma organização deve ser configurado de forma que contemple as necessidades informacionais dos gestores. “A informação só é relevante se for disponível em tempo oportuno, disponível para o tomador de decisão antes que ela

perca a capacidade de influenciar decisão”¹³, por isso todas as informações devem ser relevantes estruturados de uma forma organizada, correcta, proveniente de fontes confiáveis em tempo hábil para que seja aplicada em momento oportuno. Hoje a tecnologia é uma das grandes aliadas da contabilidade, pois muitos são os sistemas computadorizados, integrados e assentados com enfoque empresarial.

A contabilidade é o maior sistema de informação que uma organização pode ter e a maior fonte de informação para o gestor financeiro.

Um sistema de contabilidade deverá contemplar a preparação da demonstração dos fluxos de caixa pelo método directo e esta informação deverá estar disponível a qualquer momento, para isso deverá ser tomado em conta a tecnologia informática para que se possa obter esta informação.

Como já havíamos referido no ponto 2.3.5.1, na elaboração da DFC de forma informatizada, a empresa poderá criar um plano dos fluxos de caixa que permita fazer todo o tratamento da informação dos fluxos de caixa através da interligação com as contas (do plano de contas contabilístico) que movimentam aqueles fluxos. Contudo para obter estes dados em tempo útil a empresa deverá ter uma contabilidade em dia, que seja actualizada diariamente fazendo um acompanhamento de todas as entradas e saídas de caixa.

Para implementar a Demonstração dos fluxos de caixa como elemento para tomada decisão que poderá afectar a empresa, tem que haver uma informação rápida e confiável. O gestor não tem tempo de averiguar se está tudo no fluxo. Será que lançaram os impostos? Não esqueceram que temos que pagar os empréstimos? Perguntas deste tipo e entre outras. Tudo isto tem que estar já previsto no momento em que temos o fluxo de caixa presente. Ali deverá conter todas as informações (*vide características da informação no ponto 2.2.2.*) que afectará o futuro das empresas e será o objecto de tomada de decisão.

¹³ FREZATTI, Fábio. Contribuição para o Estudo da Complementaridade de Lucro e do Fluxo de Caixa na Gestão de Negócios no Ambiente Empresarial Brasileiro.1996.193f.Tese (Doutoramento em Contabilidade e Controladoria) -FEA/USP.1996.P.88.

Um outro procedimento já referido seria a elaboração da Previsão do Fluxos de Caixa, (DFP) também mencionou-se que uma das funções da gestão é prever, pelo que o gestor financeiro deverá elaborar uma DFCP e este deverá ser submetido a constantes controlo (outra função da gestão). Os mecanismos de controlo só existem se tiverem sido definidas estratégias, objectivos e modos da sua monitorização, planificados para um espaço temporal que, concretamente ao que às DFC diz respeito, deve iniciar-se com a sua previsão. Inseridas neste ciclo de previsão - controlo, as análises intercalares da evolução da gestão da entidade, onde se inclui necessariamente a gestão da tesouraria e a informação fornecida pelas DFC, e a correspondente comparação de informação entre os valores executados e os previstos, poderá detectar desvios e permitir a sua correcção e/ou a reformulação das previsões num tempo considerado aceitável para evitar inesperadas insuficiências.

Também é certo que, se as decisões da entidade para o período a que se refere a DFCP passam essencialmente pela informação nela contida – e estamos aqui a considerar a DFCP como uma importante ferramenta de gestão para a administração – a sua elaboração deve basear-se num bom sistema de informações, para o qual devem convergir dados financeiros e outros indicadores de gestão gerados nas diversas áreas da entidade:

Aprovisionamento – As decisões de compras passam, em primeiro lugar, pelas necessidades para o sector da produção, mas estas nunca podem ser desligadas da avaliação, em cada momento de aquisição, das disponibilidades em caixa, tendo em conta os prazos concedidos para pagamento das compras e os definidos para os recebimentos das vendas;

Produção – Revelam-se de elevada importância as alterações nos processos de produção, quer elas se verifiquem ao nível do modelo a produzir, do método de produção ou da introdução de novos componentes. Estas alterações que se reflectem nos gastos de produção e influenciam os prazos de produção e o número de unidades produzidas têm que ser tidas em conta na previsão do orçamento para esta área, de modo a informar, o mais aproximado possível, das suas necessidades e recursos;

Vendas – O controlo sobre os prazos de pagamento concedidos a clientes, bem como sobre as situações de prolongados atrasos e situações de incobrábilidade, contribuem em grande parte para o estabelecimento de um equilíbrio de fluxos de caixa, sem nunca o tornar negativo;

Cobranças – Directamente ligadas às vendas, as eficientes políticas de cobranças praticadas têm, na prática, a capacidade de dotar a entidade dos recursos financeiros necessários, através de reforços sistemáticos de caixa;

Financeira – As situações de endividamento, tal como as situações de investimentos financeiros e a definição dos seus *timings*, obrigam a uma consolidação **da informação sobre as necessidades e recursos previstos de todas as outras áreas**, de modo a que, umas e outras coincidam sempre com os momentos de geração de fluxos positivos e, cumulativamente, com um previsível período de um mais elevado posicionamento em termos de saldo de caixa.

A implementação de um DFCP bem sucedida só o será se as inúmeras pessoas do processo tiverem uma cultura de planeamento.

Tem-se a percepção de que a realidade nem sempre se verifica desta forma e, por conseguinte, poderá colocar-se a questão: quem, ou quantas entidades, tomam as suas decisões de gestão com base num sistema de informações estruturado e diversificado por todas as suas áreas de actividade?

Este raciocínio não é novo e a questão levantada é tema de discussão, pelo menos, quando as pequenas falhas, pouco perceptíveis mas acumuladas ao longo do tempo, pesam significativamente no “lado difícil” da balança. A recuperação do equilíbrio pode já não ser possível e o encerramento da actividade, com todas as consequências que dele advém é, em muitos casos, a única opção possível.

A origem do problema está, muitas vezes, na dificuldade financeira imediata, de tesouraria, para fazer face aos compromissos de gestão corrente, quer ela se verifique a nível das actividades operacionais, de investimento ou de financiamento. O

conhecimento que se tem das disponibilidades de curto prazo e, principalmente, das previsões dos seus fluxos – através da DFCP no decorrer da gestão do exercício – é a base de segurança e estabilidade da actividade da entidade e poderá ser a garantia da sua continuidade. A DFC, como documento de avaliação final e comparada com a sua previsão, permite uma sistemática melhoria de cálculos, ponderação e consistência entre as várias decisões a tomar, tornando-se assim uma importante ferramenta de apoio à gestão.

CAPITULO II – METODOLOGIA E ANÁLISE DA PESQUISA

3.1. Enquadramento

A natureza da pesquisa foi, na fase inicial, de carácter exploratório, de modo a permitir uma visão mais precisa do actual quadro da gestão das empresas existentes na cidade da Praia – Cabo Verde. A partir das hipóteses iniciais, o estudo aprofundou a realidade identificada, para, em seguida, iniciar um estudo descritivo dessa realidade.

A questão central e os objectivos deste estudo recaíram sobre a utilização da DFC como instrumento para a tomada de decisões e a importância que as empresas atribuem-na.

3.2. Metodologia

Para realização da análise prática primeiramente definiu-se a população, abrangido pelas empresas da cidade da Praia, seguidamente seleccionou-se uma amostra por conveniência sobre a qual recaiu o inquérito por questionário¹⁴ fechado.

Referindo-se aos meios utilizados na investigação, deve-se classificar como pesquisa bibliográfica em detrimento dos livros de autores de conceituado, artigos, revistas técnicas em papel e disponibilizadas na WEB (Biblioteca on-line) especializados na matéria, diversas análises e críticas de várias perspectivas de pensamento de vários autores que buscam responder de forma científica esta matéria.

O universo alvo desta pesquisa mostrou-se numeroso, tornando-se inviável a realização desta pesquisa em todas as empresas da cidade da Praia, pelo que optou-se em fazer este estudo com uma amostra de 40 empresas.

Para obtenção dos dados foram enviados e posteriormente recolhidos, um conjunto de questões a 60 empresas do ramo comercial, hotelaria, construção civil, industriais, banca etc. Adquirindo como amostra operacional, os questionários recebidos em retorno e correctamente preenchidos. Destes, somente 40 empresas concordaram em responder as questões e entregaram devidamente preenchidos.

¹⁴ Questionário em anexo

Para tratamento dos dados utilizou-se um programa de computador, introduziu-se os dados nestes e automaticamente obtiveram-se as estatísticas pretendidas.

3.3. Resultados e Análises

○ Cargo assumido pelos Inquiridos

Foi solicitado aos inquiridos que respondessem quanto a função ou ocupação exercida na empresa. Verificou-se que 42.5% do total do questionário foram respondidos pelos Directores Financeiros, 27.5% pelos Contabilistas da empresa, 20% pelo Director Geral que as vezes é o próprio gerente, e as demais proporções, foram respondidos pelos proprietários e auxiliares administrativos.

Tabela 1 - Cargo dos Inquiridos

P1.Cargo?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Administrativo	3	7,5	7,5	7,5
	Contabilista	11	27,5	27,5	35,0
	Director Financeiro	17	42,5	42,5	77,5
	Director	8	20,0	20,0	97,5
	Outro	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ Nível Escolar

Quanto a nível de escolaridade, o resultado apontou que a maior parte dos gestores entrevistados possuem licenciatura. Esse número, que representa 67.5% dos pesquisados, é a maior percentagem neste ponto, ou seja 27 dentre os 40 questionados, são graduados, 15% possui o segundo ciclo completo, 10% são já Mestres e 7.5% com Bacharel, conforme resumido no quadro abaixo:

Esta variável não foi considerada relevante em relação ao sucesso ou insucesso das empresas da Cidade da Praia, pois tem-se deparado e comparado a igualdade entre as

empresas em continuidade com os que já foram extintas percebendo-se que o problema persiste em o não entendimento de suportes de decisão, como é o caso do fluxo de caixa e conseqüentemente não utilização.

Tabela 2 - Nível Escolaridade dos Questionados

P2.Escolaridade/Área de formação?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	12º Ano	6	15,0	15,0	15,0
	Bacharel	3	7,5	7,5	22,5
	Licenciatura	27	67,5	67,5	90,0
	Mestrado	4	10,0	10,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **Organização da Contabilidade para preparação da DFC**

Os gestores foram questionados se possuem uma contabilidade organizada e verídica que permite a tomada de decisão através da DFC, 97,5% responderam de forma afirmativa e apenas 2.5% de forma contrária. Vejamos o quadro abaixo.

Tabela 3 - Contabilidade com Tratamento de DFC

P3.A empresa dispõe de uma contabilidade organizada e verídica que permite a tomada de decisão através da análise de Fluxo de Caixa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	39	97,5	97,5	97,5
	Não	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **Conhecimento dos novos modelos de DFC exigidos**

Cerca de 7.5% dos questionados responderam que não conhecem os modelos de Demonstração dos fluxos de caixa, alguns observaram que possuem um movimento diário de caixa simplificado, elaborado de forma tradicional, e que têm conhecimento de

que será obrigatório a sua integração na apresentação das contas à administração fiscal, enquanto 92.5% dos interrogados afirmaram ter noção dos modelos da demonstração dos fluxos de caixa como instrumento essencial de boa gestão financeira das empresas, porém, dentre as empresas que conhecem os modelos, somente 82.5% utilizam-no como elemento de informação útil.

Tabela 4 - Conhecimento dos Modelos de DFC

P4.Tem alguma noção sobre o novo modelo de Demonstração dos Fluxos de Caixa que as empresas são obrigadas a apresentar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	37	92,5	92,5	92,5
	Não	3	7,5	7,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

○ **Utilização da DFC na gestão das empresas**

Em relação à utilização da DFC, 82.5% confirmaram o seu uso e discursivas quando perguntado da utilização, do fluxo de caixa. Neste caso destacam-se os termos como: “nós controlamos as entradas e saídas através do diário de caixa para saber se podemos pagar dívidas a curto prazo”; “nós gastamos sempre menos do que são recebidos pelo que sempre temos uma reserva para alguma eventualidade”; “no fim do dia faz-se a diferença entre o que foi recebido com o que foi comprado a pronto e se der positivo faz-se a previsão para pagar as dívidas do curto prazo”.

Pelo exposto nota-se a dificuldade e confusão que se faz com respeito ao conceito e mostra-se que nem todos os gestores encontram-se preparados para administrar os fluxos de caixa através de informações coerentes, concisas e abrangentes. De realçar que 17.5% dos entrevistados dizem que não utilizam o fluxo de caixa na sua empresa. Vejamos o quadro abaixo:

Tabela 5 - Utilização da DFC

P5.Normalmente utiliza a Demonstração de fluxos de caixa na sua empresa?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	33	82,5	82,5	82,5
Não	7	17,5	17,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **Opinião sobre os métodos**

Dos que responderam que conhecem o fluxo de caixa, 95% afirmaram que o método mais eficaz e mais eficiente e mais simples para a elaboração de fluxo de caixa é o método Directo, e apenas 5% responderam que o método indirecto é mais eficaz, eficiente e/ou mais simples. Houve até quem disse que o directo mostra todas as actividades operacionais de forma directa, mas que depende da óptica de análise, critérios de tomada de decisões e controlo do risco.

Tabela 6 - Método mais eficaz

P6.Para si qual é o método mais eficaz, eficiente, e /ou mais simples da demonstração de fluxo de caixa para a tomada de decisão?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Método Directo	38	95,0	95,0	95,0
Método Indirecto	2	5,0	5,0	100,0
Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **Importância da DFC**

Interessante foi saber que 100% dos inquiridos acham que a Demonstração dos Fluxos de Caixa é importante como ilustra o quadro seguinte, mesmo atendendo que alguns não têm conhecimentos profundos da DFC.

Tabela 7 – Importância das Informações da DFC

P7.Quanto às informações apresentadas na Demonstração do fluxo de caixa, achas que são importantes?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	40	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **Utilização de outros elementos das DF na tomada de decisões**

Relativamente a este ponto 87,5% responderam afirmativamente enquanto 12,5% disseram não fazer a utilização de qualquer elemento das DF na tomada de decisões, pelo que se pressupõe que a preparação das mesmas nestas empresas serve apenas de prestação de contas à administração fiscal.

Tabela 8 – Utilização de outros elementos das DF's

P8.Vem utilizando algum outro instrumento de demonstração financeira?

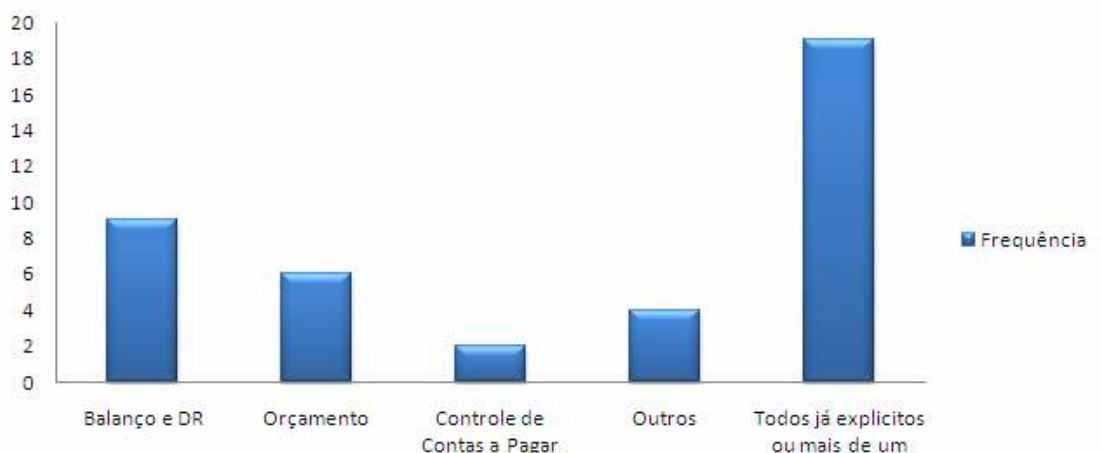
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	35	87,5	87,5	87,5
Não	5	12,5	12,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **Documentos utilizados na tomada de decisões**

Quando questionados dos documentos utilizados na tomada de decisões, as respostas foram bastante divergentes sendo que 47,5% afirmaram utilizar todos ou mais do que uma das opções apresentadas, também ficou claro que dos 40 inquiridos 9 mostraram preferência pelo balanço e demonstração dos resultados.

Gráfico 1 – Utilização de outros documentos nas decisões de ordem financeira



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ Importância da aplicação da DFC nas empresas

Os inquiridos, em sua maioria, acham que fundamental a aplicação da DFC em suas empresas, apenas 10% acham que não tem grande relevância.

Tabela 9 - Importância da aplicação da DFC nas empresas

P10.Você acha fundamental a aplicação da Demonstração de fluxos de caixa em sua empresa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	36	90,0	90,0	90,0
	Não	4	10,0	10,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

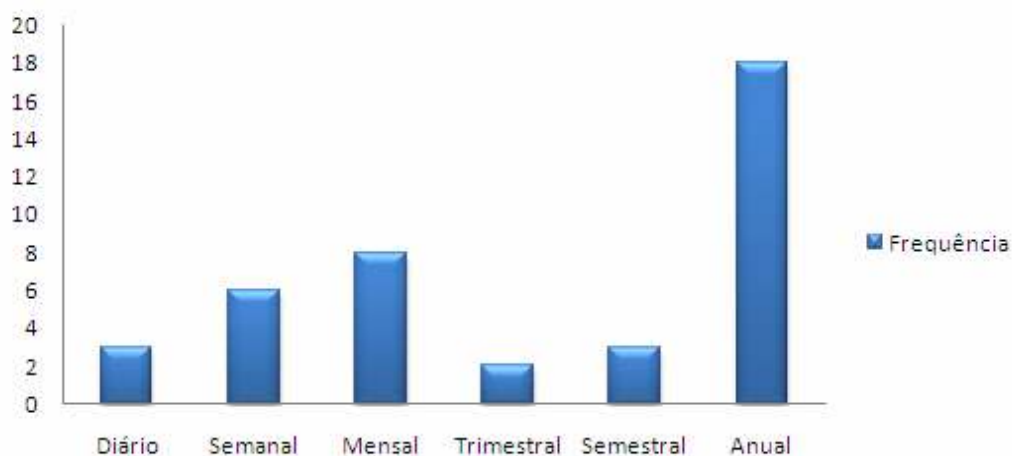
Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ Periodicidade da Elaboração da DFC

No gráfico seguinte é apresentado a periodicidade da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa conforme as informações recolhidas da pesquisa. Foi com algum espanto observar que 7,5% das empresas elaboram a demonstração dos fluxos de caixa diariamente, pensa-se que houve algum equívoco da parte do inquirido, entre os termos demonstração dos fluxos de caixa e diário de caixa.

Constatou-se também que 45% elaboram o DFC anualmente e 15% dos inquiridos elaboram-no semanalmente, 20% mensalmente, 7% semestralmente e apenas 5% trimestralmente.

Gráfico 2 – Periodicidade da Elaboração da DFC



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ Opinião sobre a principal função da DFC

Quanto ao principal objectivo da demonstração dos fluxos de caixa, verificou-se que a atribuição do objectivo poderá ter a ver com a actividade de cada empresa. Mas unanimemente parece ser atribuído pouca importância a DFC nas decisões de redução de gastos, com apenas dois dos inquiridos a confirmarem esta opção.

Gráfico 3 – Principais funções da DFC



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **Motivos da utilização da DFC**

Na tentativa de obter informações sobre os motivos da utilização da DFC 52,5% afirmam por demonstrar a realidade financeira da empresa, 25% acham-no de fácil interpretação e apenas 22,5% não conseguiram identificar com nenhuma das outras opções preferindo atribuir a sua utilização a outros motivos.

Tabela 10 - Motivos da utilização da DFC

P13. Apresente os motivos da utilização do fluxo de caixa?

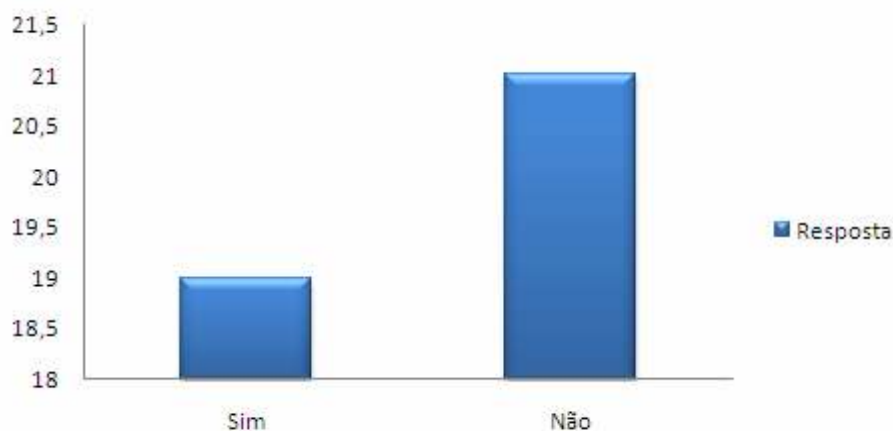
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Fácil Interpretação	10	25,0	25,0	25,0
	Mostra a Realidade da Empresa	21	52,5	52,5	77,5
	Outros	9	22,5	22,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **Vantagens comparativas entre MOAF e a DFC**

Mais de metade dos questionados não detectaram diferença relativamente a DFC e o Mapa de Origem e Aplicação de Fundos e 48% acham que a DFC tem vantagens relativamente a MOAF.

Gráfico 4 – Vantagem comparativa da DFC em relação a MOAF



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ **DFC como instrumento de agilização e melhoria de gestão empresarial**

Questionado sobre se a DFC pode agilizar e melhorar os processos de tomada de decisão, 39 dos 40 inquiridos consideram esta realidade e apenas 1 inquirido acha que não.

Tabela 11 - DFC como instrumento de agilização e melhoria de gestão empresarial

P16.Na sua opinião pode-se dizer que esta demonstração vem agilizar e melhorar a gestão nas empresas?

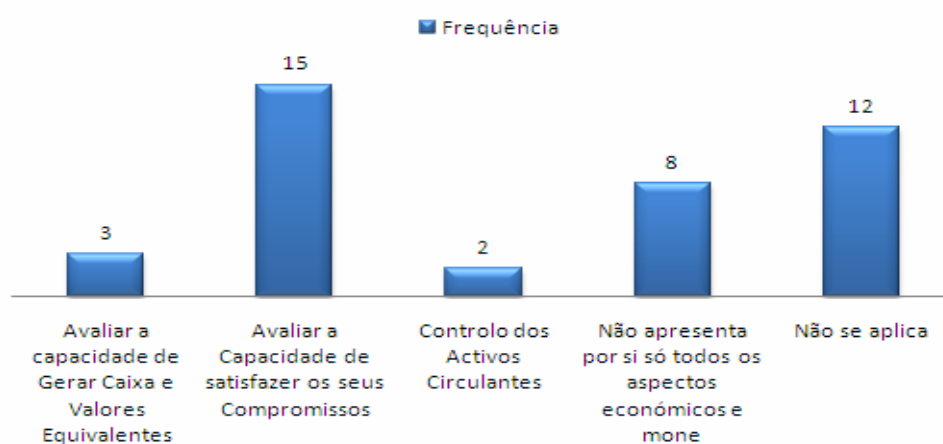
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	39	97,5	97,5	97,5
NA	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

○ Vantagens e inconvenientes percebidas da DFC

Seguindo a mesma linha da pesquisa, também foram interrogados sobre as vantagens e inconvenientes da DFC e 20% responderam sobre a única desvantagem apresentada enquanto as vantagens (80%) foram divididas entre outras três opções como representado pelo gráfico seguinte.

Gráfico 5 – Vantagens e Inconvenientes percebidas da DFC



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

3.4. Considerações sobre a pesquisa

No desenvolvimento e análise dos dados recolhidos pode-se constatar que as empresas melhores organizadas além de elaborarem com maior frequência a demonstração dos

fluxos de caixa acabam por lhe atribuir maior importância como instrumento útil e rica em informações que auxiliam a gestão das mesmas no processo decisório.

Conclui-se também que a maioria dos pesquisados têm conhecimento e sabem que a DFC é importante, mas quando questionados sobre a utilização da DFC como elemento de tomada de decisões o cenário muda ligeiramente de figura, atribuindo-a pouca utilidade, o que confirma que muitas empresas preparam a DFC por imposição legal e para fins de prestação de contas à administração fiscal, tanto é que a maior parte deles elaboram-na anualmente.

Um dos pontos bons que foi possível reter é que a maioria das empresas inquiridas têm contabilidade organizada e esta possibilita a elaboração da DFC preferencialmente pelo método directo, o que já é um avanço e que poderá significar melhoria na gestão das mesmas.

Sabia-se de antemão que as empresas até 2008 não tinham por hábito a construção da DFC até porque este ainda não era imposta legalmente, e que o PNC recomendava sim a inclusão do MOAF no conjunto das Demonstrações Financeiras, significando que há ainda um número razoável de utentes da MOAF o que poderá explicar porque boa parte dos inquiridos mostraram-se indiferentes a substituição da MOAF pela DFC, acreditando que este não tem informação adicional, o que não se trata de uma realidade visto serem demonstrações distintas que apresentam informações diferentes.

O estudo também revelou que as empresas preferem elaborar a DFC pelo método directo. E que é mais fácil denotar as vantagens da DFC (independentemente do método) dos que seus inconvenientes o que poderá torna-la efectivamente numa ferramenta a ser acolhida pelas empresas.

CAPITULO III – Análise da DFC na “Construção CV, S.A.”

4.1. Tipos de Decisões

Uma decisão económico-financeira baseada numa análise da DFC só tem mais-valia se, ao diagnosticar um ou vários problemas, for possível identificar com clareza potenciais decisões a serem tomadas, redireccionando a empresa aos seus objectivos.

As decisões podem ser tomadas em 3 Níveis:

Estratégico: São decisões normalmente de médio e longo prazo que movem todos os recursos de uma entidade, em termos financeiros corresponde as decisões nas actividades de financiamento médio e longo prazo e investimento;

Operacionais: Dizem respeito as actividade correntes, como o aprovisionamento, fabricação/comercialização, conduzindo posteriormente as vendas e gastos de exploração;

Decisões de tesouraria: que correspondem, afinal às decisões de financiamento de curto prazo, mantendo assim níveis de liquidez aceitáveis.

Se, por um lado, a estrutura da DFC possibilita informação sobre os sucessivos saldos de caixa ao longo dos diversos ciclos, por outro lado, permite analisar e fazer distinção das decisões financeiras, contribuindo para uma informação mais apropriada à gestão e ao seu controlo.

Para melhor entender o processo decisório com base na DFC utilizou-se alguns dados reais que de seguida apresentamos:

4.2. Caracterização da Entidade

A Construção CV¹⁵ é uma empresa que actua no mercado Cabo-Verdiano no sector da construção civil, com sede na cidade da Praia, constituída por empresários e quadros superiores com larga experiência multi-sectorial.

¹⁵ Trata-se de uma designação fictícia, pois não foi possível obter autorização para divulgar a verdadeira designação social da entidade

É uma empresa que actua nos domínios de construção civil, obras públicas, promoção imobiliária e prestação de serviços.

4.3. Análise da DFC para a tomada de decisões

A Construção CV tem uma contabilidade organizada que possibilita a elaboração da DFC pelo método directo através de out-puts informáticos. A mesma é elaborada anualmente.

Para a referida análise tomou-se em conta apenas os dados reflectidos na DFC, devido a restrição de elementos fornecidos, o que de certa forma condicionou uma análise mais detalhada.

Tendo os dados relativos aos exercícios de 2008 e 2009 acrescentou-se duas colunas à DFC, uma evidenciando a variação absoluta e a outra a variação relativa das várias rubricas da DFC entre os exercícios em análise, possibilitando uma maior clareza na análise.

A empresa possui uma conta caucionada e um descoberto bancário para fazer face as necessidades de tesouraria de curto prazo.

E para os exercícios de 2008 e 2009 apurou os seguintes valores conforme a DFC:

Tabela 12 - Demonstração Fluxos de Caixa Construção CV

Unidade Monetária: Milhares de Contos				
Rubricas	2009	2008	Var. Absol.	Var. Relat.
	Valores	Valores	Valores	Valores
METÓDO DIRECTO				
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	393.183,00	415.124,00	-21.941,00	-5,2854%
Pagamentos a fornecedores	-215.421,00	-210.402,00	-5.019,00	2,3854%
Pagamentos ao Pessoal	-73.079,00	-72.120,00	-959,00	1,3297%
Caixa gerada pelas operações	104.683,00	132.602,00	-27.919,00	-21,0547%
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-41.210,00	-51.786,00	10.576,00	-20,4225%
Outros recebimentos/Pagamentos	-72.410,00	-88.124,00	15.714,00	-17,8317%
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-8.937,00	-7.308,00	-1.629,00	22,2906%
Fluxos de caixa das actividades de Investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	2.121,00	120,00	2.001,00	1667,5000%
Activos intangíveis	0,00	852,00	-852,00	-100,0000%
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Outros activos	518,00	212,00	306,00	144,3396%
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	812,00	420,00	392,00	93,3333%
Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Outros activos	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Subsidios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1.827,00	-764,00	-1.063,00	139,1361%
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	21.412,00	0,00	21.412,00	0,0000%
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Cobertura de Prejuizos	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Doações	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Outras Operações de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	1.210,00	0,00	1.210,00	0,0000%
Juros e gastos similares	1.821,00	89,00	1.732,00	1946,0674%
Dividendos	8.210,00	12.241,00	-4.031,00	-32,9303%
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Outras Operações de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento (3)	10.171,00	-12.330,00	22.501,00	-182,4899%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-593,00	-20.402,00	19.809,00	-97,09%
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	4.722,00	25.124,00	-20.402,00	2512400,00%
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	4.129,00	4.722,00	-593,00	-12,56%

Fonte: Relatório e Contas Construção CV

ACTIVIDADE E DECISÕES OPERACIONAIS

Nos dois períodos em análise pôde-se constatar que a empresa apresenta fluxos operacionais negativos demonstrando uma gestão operacional delicada e que está dependente de recursos financeiros alheios, tendo este cenário acentuado no período de 2009 com um agravamento na ordem dos 22,3%, justificado por uma diminuição dos recebimentos de clientes, conjugado com um aumento dos pagamentos a fornecedores e pessoal, muito embora os pagamentos de imposto sobre o rendimento e outros pagamentos terem reduzido, o que minimizou o impacto tendencioso de redução dos fluxos operacionais.

Neste sentido a empresa terá que tentar melhorar a eficiência de sua produção, a fim de reduzir os prazos de recebimento ou se não, arranjar meios de receber maiores adiantamentos por conta das vendas. Um outro aspecto que também poderia melhorar esta situação, seria negociar junto com os fornecedores um alargamento dos prazos médios de pagamento.

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO E DECISÕES ESTRATÉGICAS

O facto de a empresa ter fraca capacidade de manter grandes fluxos de caixa impede-a também de fazer investimentos financeiros que possam gerar isoladamente fluxos de caixa, e isso ficou patente nos dois exercícios em questão em que todos os recebimentos relacionados com os investimentos advieram da alienação de activos considerados obsoletos pela empresa. Nestes períodos também fizeram-se alguns investimentos em activos fixos, sendo que houve um aumento em 1667,5% nos investimentos em activos fixos tangíveis, e no geral verificou-se um acréscimo de 139,1% nos fluxos de investimentos.

Sendo que a empresa não consegue gerar grandes fluxos de caixa o normal é que esta esteja incapacitada de fazer investimentos com os fundos próprios e que será necessário recorrer a capital alheio para tal. Contudo, será igualmente necessário, analisar até que ponto a empresa tem capacidade de assumir estas responsabilidades que acabam por condicionar ainda mais a sua liquidez com os encargos inerentes aos financiamentos alheios. Se os investimentos a serem efectuados garantem benefícios monetários

superiores aos exfluxos que estes vão gerar é viável recorrer a capital alheio, se não, ter-se-á que adoptar outras medidas.

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO E DECISÕES ESTRATÉGICAS E DE TESOURARIA.

No início do exercício de 2008 a entidade evidenciava um saldo de caixa no valor de 25.124 mil contos o que representava uma reserva de tesouraria admissível atendendo a actividade da mesma. Porém no final deste período o saldo final era de apenas 4.722 mil contos, representando um decréscimo na ordem dos 432%, a isto muito deveu-se a política de distribuição de dividendos distribuídos (12.421 em 2008 e 8.210 mil contos em 2009) num período em que a empresa não conseguiu ao menos gerar fluxos operacionais positivos, condicionando gravemente a gestão global da empresa, impondo que esta tivesse que socorrer-se de terceiros.

Em 2009 obteve um financiamento de 21.412 mil contos, mas teve que suportar encargos financeiros de 1.821 com um crescimento astronómico de 1.946% e reembolsar 1.210 mil contos.

Esta situação inicial ficou claro no exercício de 2009 em que a empresa teve de solicitar um financiamento na ordem dos 21.412 mil contos para que conseguisse ter alguma liquidez.

A empresa deveria num período conturbado suspender a política de distribuição de dividendos, independentemente de estar ou não com um bom desempenho económico. Pois esta política estar a aumentar as necessidades de recorrer a capital alheio com agravamento tanto no desempenho económico como monetário.

De uma forma geral a empresa tem conseguido se manter com saldos de fluxos de caixa abaixo dos desejáveis, muito devido a conjugação dos vários saldos das diversas actividades.

Certo está, que se essa situação se mantiver a empresa entrará num efeito “bola de neve” e cada vez mais sentirá a necessidade de manter sua actividade com capital alheio,

pagando cada vez juros mais altos até chegar a uma fase em que a situação se tornará insuportável.

Para evitar esta situação dever-se-á ter especial atenção a gestão operacional, suspender temporariamente alguns investimentos e distribuição de dividendos, até a empresa criar capacidade autónoma de gerar saldos de fluxos de caixa aceitáveis.

CONCLUSÃO

5.1. Contribuições do estudo para as comunidades profissionais e académicas

Parece ser oportuno, pela importância já referida, que haja artigos e documentos abordando estes temas.

Em Cabo Verde as empresas estão se esforçando no sentido de se organizarem e tornarem-se mais competentes, sendo de extrema importância que a gerência das mesmas possuem conhecimentos que os dote de capacidade de tomada de decisões e penso com este Trabalho do Fim do Curso (TFC), embora de âmbito bastante limitado, poder de alguma forma despertar o interesse daqueles que não conhecem a importância da DFC, e acrescentar conhecimentos aos que já possuem algum, e acima de tudo ajudar as empresas Cabo-verdianas a prosperarem.

Foi com grande prazer que abracei este projecto e penso que ao termo do mesmo estarei acrescentando e dando o meu modesto contributo neste domínio tanto para a comunidade profissional como académica.

5.2. Sugestões para trabalhos futuros

Este trabalho de campo um quanto tanto restrito não consegue particularizar todas vertentes existentes sobre o tema, quanto mais, análise da utilização da Demonstração dos Fluxos de Caixa em todas as empresas em Cabo Verde. Tentou-se apresentar, de forma mais global, em muitos aspectos as minudências deste tema, o que abre um leque de possibilidades para novas pesquisas, de onde se pode enumerar algumas, tais como:

- Análise financeira de empresas;
- O equilíbrio financeiro e o desempenho operacional
- Avaliação de empresas pelos fluxos de Caixa
- Elaboração de demonstrações de fluxos de caixa
- A importância da informação financeira nas empresas em Cabo Verde

- Contabilidade para a Gestão Vs Contabilidade para o fisco
- Entre outras matérias importantes

Espera-se que benefícios deste trabalho emirjam principalmente no seio das organizações, afim de que estes possam incorporar a análise da DFC na tomada de decisões que envolvam conteúdos de carácter financeiro.

Para as empresas englobadas no inquérito e demais empresas no geral, deixa-se as seguintes recomendações:

- Organização da contabilidade para tratamento dos Fluxos de Caixa pelo método directo através de um plano que faça a interligação directa com o plano de contas;
- Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelos dois métodos, mas na impossibilidade de obter os dois, elaborar pelo menos um dos métodos, preferencialmente o directo, num período nunca superior ao mês;
- Análise em documento escrito da DFC e anexadas ao documentos independentemente da eminência ou não de grandes decisões, possibilitando assim informações oportunas;

5.3. Limitações encontradas no desenvolvimento do trabalho

Aquando do engajamento deste projecto delineou-se uma amostra para a pesquisa efectuada num âmbito muito maior que possibilita-se melhores dados para tratamento e consequentemente melhor análise, contudo devido a condicionalidade várias não se conseguiu atingir aqueles objectivos.

Um melhor desempenho deste trabalho também ficou condicionado por poucos recursos financeiros para distribuição do questionário a uma amostra maior, a escassez de tempo, a resistência de algumas empresas em fornecer dados, bibliografia reduzida.

5.4. Conclusões Gerais

Excluindo as maiores empresas de Cabo Verde, a maioria das empresas até a esta data não elaboram a DFC de forma espontânea e conseqüentemente não a utilizam para qualquer tipo de decisão, pelo que se conclui que muitas decisões são tomadas de forma experienciado ou com base em outros suportes de decisão que não seja a DFC.

Denotou-se também que houve algum equívoco relativamente ao conceito de DFC e os diários de caixa o que influenciou de alguma forma a análise efectuada. O estudo demonstrou que as empresas estão vocacionadas a fazerem o controlo e análise dos fluxos de caixa mais de uma forma quotidiana e utilizada essencialmente para tomada de decisões operacionais e cujo horizonte temporal é o curto prazo, não tendo uma visão estratégica da empresa para pensa-la a médio e longo prazo.

Após o desenvolvimento deste trabalho concluímos que o fluxo de caixa é um instrumento que tem por objectivo auxiliar a gestão das empresas a tomarem decisões sobre a evolução da situação financeira da empresa. Consiste em um relatório financeiro que informa toda movimentação de dinheiro (entradas-influxos e saídas-exfluxos), portanto é extremamente importante para as empresas e essencial que as mesmas tenham sucesso, que sem uma gestão criteriosa dos fluxos de caixa as empresas ficam impossibilitadas de prever, e ter uma administração sadia. Concluímos também que o desconhecimento do gestor da existência desta ferramenta tão eficaz para um melhor desempenho de sua empresa afecta de modo muito importante a gestão do seu negócio.

Espera-se que num futuro bem próximo que as empresas em Cabo Verde utilizem a DFC na tomada de decisões e não porque foi imposto pelo Decreto-Lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro III Suplemento”, de 29 de Dezembro de 2008. Desta forma as empresas conseguirão tirar proveito deste elemento fundamental na gestão das empresas.

Este trabalho também serviu para atingir alguns objectivos pessoais como aprimorar conhecimentos e poder partilha-los, o que de alguma forma fomentou dentro de mim um espírito de pesquisa e prazer pela investigação científica.

BIBLIOGRAFIA

- **Livros**

ALMEIDA, Rui, – “O sistema de normalização contabilística e de relato financeiro – SNCRF de Cabo Verde, SNC Explicado” –, Edições Técnicas, Lisboa, 2009.

BARAÑANO, Ana Maria. Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão. Lisboa, Edições Sílabo LDA.2004.pag.167.

BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; MORGADO, José. Contabilidade de Finanças para a Gestão. Lisboa, Áreas Editora, SA, 2002.pag.422.

CAIADO, António Campos Pires; GIL, Primavera Martins Daniel. Metodologias de Elaboração dos Fluxos de Caixa. Lisboa, Áreas Editora, SA, 2004.pag.422.

DAS NEVES, João Carvalho. Análise Financeira. Técnicas Fundamentais. Lisboa, Texto Editores, LDA, 2007.pag.335.

DE IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Rubens Ernesto. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.4ªed. São Paulo, Atlas S.A, 1995.pag.778.

FREZATTI, Fábio. Gestão do fluxo de caixa diário. como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negocio. São Paulo; Atlas.1997.BORGES, A., Rodrigues, A., Rodrigues, R.- “Elementos de Contabilidade Geral”. Lisboa: Áreas Editoras, 2002

HENDRIKSEN, Eldon S. BREDÁ, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 1999.

JORDAM, Hugues; DAS NEVES, João Carvalho; RODRUGUES, José Azevedo. O Controlo de Gestão. Ao Serviço da Estratégia e dos Gestores.4ª ed. Lisboa, Áreas Editora, SA, 2002.pag.452.

KAST, Fremont E., ROSENZWEIG, James E. *Organization and Management: asystems Approach*, Nova York, McGraw-Hill, 1976.

OLIVEIRA, Ricardo Daher. Uma Contribuição para a gestão financeira de curto prazo nas empresas de extração de mármore e granitos do Estado do Espírito Santo. Florianópolis, UFSC, 2001.Dissertação (mestrado em Engenharia da Produção

Programa de Pós – graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PADOVEZE, Clóvis L. Contabilidade Gerencial. Um enfoque em Sistema de Informação Contábil.3ªed.São Paulo, Atlas, 1996.430pag.

PEREIRA, Carlos Caiano; FRANCO, Victor Seabra. Contabilidade Analítica. Editora Rei dos Livros.6ªed. Lisboa.1994, 841pag.

RODRIGUES, JOÃO. Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro.2ªed. Lisboa, Áreas Editora, SA, 2005.pag.591.

STONER, A. F., FREEMAN, R. Edward, JR, Daniel R. Gilbert. *Management*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1995.

ZDNOWICZ, José Eduardo. Fluxo de Caixa.9ed.Porto Alegre, Sagra Luzzato, 2002.335p

- **Leis e Decretos-lei:**

Decreto-Lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro III Suplemento”, de 29 de Dezembro de 2008
Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

- **Sites consultados:**

http://www.ctoc.pt/downloads/file/1219166376_25_a_28_Contabilidade.pdf

<http://www.metodista.br/ppc/revista-ecco/revista-ecco-01/apresentacao/fluxo-de-caixa>

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicos/ademonstracaodosfluxos>

<http://www.unimep.br/nepec/KARINA%20BARONI.doc>

<http://www.tede.ufsc.br/Teses/PEPS3578-pdf>

- **Outros:**

CHAVES, Francisco José Santos, Orçamento de Caixa como Ferramenta para tomada de decisão financeira das empresas de confecção inseridas no arranjo produtivo local de piripiri.

ANEXOS

1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Directo segundo SNCRF

Designação da Entidade _____			
Outros Elementos de Identificação _____			

DEMONSTRAÇÃO (Individual ou consolidado) DE FLUXOS DE CAIXA
 Período Compreendido entre ____ de ____ de ____ a ____ de ____ de ____

Unidade Monetária

Rubricas	PERÍODO		
	N		N-1
	Notas	Valores	Valores
METÓDO DIRECTO			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes			
Pagamentos a fornecedores			
Pagamentos ao Pessoal			
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/Pagamentos			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras Operações de Financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			

2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indirecto segundo SNCRF

Identificação da Entidade

Designação da Entidade	
Outros Elementos de Identificação	

DEMONSTRAÇÃO (Individual ou consolidado) DE FLUXOS DE CAIXA

Periodo Compreendido entre _____ de _____ de _____ a _____ de _____ de _____

Unidade Monetária

Rubricas	PERÍODO		
	N		N-1
	Notas	Valores	Valores
METÓDO INDIRECTO			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício			
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações			
Imparidades (Perdas/reversões)			
Justo valor (Reduções/aumentos)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Diferenças de câmbio não realizadas (ganhos/perdas)			
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Alienação de activos tangíveis (ganhos/perdas)			
Outros gastos e rendimentos			
Activos biológicos (Aumento/diminuição)			
Inventários (aumento/diminuição)			
Contas a receber (aumentos/diminuições)			
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)			
Contas a pagar (aumentos/diminuições)			
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)			
Outros activos correntes (aumentos/diminuições)			
Outros passivos correntes (aumento/diminuições)			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuizos			
Doações			
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras Operações de Financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			

3 - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA

1. Nome (facultativo):
2. Cargo:
 - ☐ Administrativo ()
 - ☐ Contabilista ()
 - ☐ Director Financeiro ()
 - ☐ Director ()
 - ☐ outro ()
3. Escolaridade/Nível de formação:
 - ☐ 12º Ano ()
 - ☐ Bacharel ()
 - ☐ Licenciatura ()
 - ☐ Mestrado ()
4. A empresa dispõe de uma contabilidade organizada que permite a elaboração das Demonstrações dos Fluxos de Caixa?
 - ☐ SIM ()
 - ☐ Não ()
5. Tem algum conhecimento sobre o novo modelo de Demonstração dos Fluxos de Caixa segundo o SNCRF?
 - ☐ Sim (...)
 - ☐ Não (...)
6. Utiliza a Demonstração de fluxos de caixa na sua empresa?

- Sim (...)
 - Não (...)
- 7. Dos métodos de elaboração da DFC qual é o método mais eficaz, eficiente, e /ou mais simples para a tomada de decisão
 - Método Directo ()
 - Método Indirecto ()
- 8. Acha que as informações da Demonstração do fluxo de caixa, são importantes?
 - Sim (...)
 - Não (...)
- 9. Utiliza algum outro elemento de demonstração financeira na tomada de decisão?
 - Sim (...)
 - Não (...)
- 10. Qual desses elementos utiliza para a tomada de decisão?
 - Balanço e Demonstração de Resultados (...)
 - Orçamento (...)
 - Gestão e Controle de stocks (...)
 - Gestão e Controle contas a pagar (...)
 - Gestão e Controle das contas receber (...)
 - outras ()

11. Acha fundamental a aplicação da Demonstração de fluxos de caixa em sua empresa?

- ☐ Sim (...)
- ☐ Não(...)

12. Qual é o período de elaboração da Demonstração fluxo de caixa na sua empresa?

- ☐ Diário (...)
- ☐ Semanal (...)
- ☐ Mensal (...)
- ☐ Trimestral (...)
- ☐ semestral (...)
- ☐ Anual ()

13. Dê a sua opinião sobre a principal função da Demonstração de fluxo de caixa?

- ☐ Investimento (...)
- ☐ Gestão de compras (...)
- ☐ Redução dos gastos (...)
- ☐ Outros (...)

14. Apresente os motivos da utilização da demonstração dos fluxos de caixa?

- ☐ Sim (...)
- ☐ Não(...)

15. Quais as vantagens e ou inconvenientes detectados na demonstração dos fluxos de caixa?

- Para avaliação da capacidade de gerar fluxos de caixa (...)
- Avaliar a capacidade de honrar os seus compromissos (...)
- Controlo do Activo Circulante (...)
- Não apresenta por si só todos os aspectos económicos e monetários (...)